



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.273/2025-D

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

DATA E HORA DO PREGÃO: 27/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)

SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 27 de março de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7843/2023 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6238/2017 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6434/2018 (https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por **1 (um)** item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/12.365.2001.2459/3.3.90.40.12 09.02.00/12.361.2001.2458/3.3.90.40.12	MUNICIPAL

2.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 5.676.300,00 (Cinco Milhões Seiscentos e Setenta e Seis Mil e Trezentos Reais).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

3.6. Na presente licitação não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.8. O impedimento de que trata o item **3.7.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.2.** e **3.7.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens **3.7.2.** e **3.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item **3.7.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1.** e **8.10.1** deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4** ou **4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

4.9. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

4.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

4.11. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

4.12. Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

4.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.14. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.15. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.16.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.16.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.17.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.17.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.16** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.21. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

4.22. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.1.2. Marca/fabricante;

5.1.3. Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta.

5.2. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico;

5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000 (mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.6.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);
- c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.

7.5.1. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1.** Contiver vício insanável;
- 7.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.3.1. No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **8.3.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

8.7.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada pelo número de telefone (13)3496-2370, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.7.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.9.1**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

9.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

9.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico : sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.

9.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

9.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

9.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

9.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

9.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.11. As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.3.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.3.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.3.1. Advertência;

12.3.2. Multa;

12.3.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.4.1. Na natureza e a gravidade da infração cometida.

12.4.2. As peculiaridades do caso concreto

12.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5.1. Para as infrações previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, a multa será de 0,5% do valor do contrato lícitado.

12.5.2. Para as infrações previstas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8.**, a multa será de 15% do valor do contrato lícitado.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

13.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

13.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.12. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

13.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

13.15. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

13.16. A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

13.17. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

13.17.1. A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, sendo vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório.

13.17.2. A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

13.18. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

13.19. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

13.20. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

13.21. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

13.22. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

13.23. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.24. O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

13.25. Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

14. DOS ANEXOS

14.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I – Planilha Estimativa;

14.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.1.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

14.1.3. Anexo III – Declaração de Parentesco;

14.1.4. Anexo IV – Declaração de Conta Bancária;

14.1.5. ANEXO V – Planilha Proposta (modelo).

Praia Grande, 06 de março de 2026.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS PROCESSO DIGITAL Nº 28.273/2025

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS, no Município da Estância Balneária de Praia Grande, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no “1º Apêndice do Anexo I – Planilha Estimativa”.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3 Trata-se de serviços comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O fornecimento dos serviços é enquadrado como continuado tendo em vista que não há interrupção dos serviços educacionais prestado aos alunos matriculados na rede sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de manutenção periódica dos equipamentos já existentes no parque tecnológico da Secretaria de Educação, visando assegurar seu pleno funcionamento e atender às demandas da Rede Municipal de Ensino. A complexidade dos equipamentos requer técnicos capacitados para a realização das manutenções corretivas e





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

preventivas. A contratação de terceiros transfere a responsabilidade da manutenção e do fornecimento de insumos com exigência de alto fluxo de atendimento onsite.

A manutenção preventiva e corretiva é considerada como imprescindível, principalmente por otimizar os recursos tecnológicos para que não apresente problemas, fazendo com que aumente a durabilidade dos dispositivos reduzindo custo com possíveis novas aquisições, primando assim, pelo princípio da economicidade.

A rotina de serviços prestados de forma preventiva e corretiva beneficia esta Municipalidade, uma vez que garante que o parque de equipamentos multimídia instalados nas Escolas Municipais se mantenha constantemente atualizado e funcional, gerando diversos benefícios aos docentes da Rede Municipal de Ensino, proporcionando uma maior confiabilidade no manuseio dos equipamentos aumentando assim a qualidade na dinamização de conteúdos ministrados em sala de aula.

As quantidades projetadas foram cuidadosamente determinadas com base na infraestrutura existente em cada unidade escolar, onde foram distribuídos um total de 901 kits de equipamentos, cada um contendo um Painelel Quadriline de fundo branco para escrita, Lousa Digital Touch Screen, Módulo Digital, Módulo de Áudio e Projetor de Imagem. Essa distribuição garantiu que todas as salas de aula e espaços equipados receberam o material necessário para modernização e fazem parte do objeto deste projeto.

2.1 Previsão no Plano Anual de Contratação

Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Praia Grande, foi devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº7.929/2023 em seu artigo 16, estando publicado e disponibilizado do Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP sob ID nº4 6177531000155-0-000003/2026 em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão no formato eletrônico.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

Conforme avaliação e planejamento pelos estudos preliminares, destaca-se como alternativa mais vantajosa, viável e adequada para atender às demandas do projeto, considerando o tipo e o volume de trabalho necessários, bem como os equipamentos e periféricos que integram a solução. Um dos principais desafios observados é a morosidade nos processos de aquisição de insumos para manutenção de equipamentos fora do período de garantia e obsoletos pelo constante avanço das tecnologias atuais, o que frequentemente resulta na paralisação das atividades. Nesse contexto, a implementação da contratação proposta alinha-se diretamente aos interesses desta Secretaria, garantindo a continuidade e a plena operacionalidade do projeto.

O objetivo principal desta solução prevê a contratação de uma empresa especializada que assumirá integralmente a responsabilidade por serviços essenciais, incluindo manutenção corretiva e preventiva, substituição de componentes eletrônicos, licenciamento dos softwares operacionais e demais atividades descritas no Termo de Referência. Essa abordagem assegura a funcionalidade contínua dos equipamentos e periféricos, eliminando interrupções no cotidiano escolar decorrentes de falhas de hardware, software ou desgaste natural dos bens.

É importante ressaltar que todos os custos relacionados à mão de obra, reposição de peças, periféricos e componentes serão de exclusiva responsabilidade da contratada, conforme estipulado no contrato. Essa condição representa uma vantagem significativa, pois ameniza riscos financeiros e operacionais para a Municipalidade, garantindo a usabilidade contínua da solução educacional e o suporte técnico necessário para o bom desempenho das atividades pedagógicas.

Além disso, fortalece a qualidade do ensino ao promover a utilização eficiente dos recursos tecnológicos. Assim, a adoção dessa solução não apenas resolve os desafios logísticos e técnicos identificados, mas também reforça o compromisso desta Secretaria com a excelência na gestão e na execução do projeto educacional, assegurando benefícios de curto e longo prazo para toda a comunidade escolar.

Deve-se observar os princípios da **legalidade, economicidade, eficiência e transparência**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e na Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que orienta a gestão de bens e serviços tecnológicos.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

3.1 Análise Comparativa

A comparação abrange seis critérios fundamentais para a avaliação das modalidades de aquisição e serviço de manutenção de equipamentos tecnológicos:

3.1.1 Investimento Inicial

- **Aquisição:** Exige elevado dispêndio financeiro inicial para compra de equipamentos de ponta, impactando o orçamento público e demandando planejamento orçamentário robusto.
- **Serviço de Manutenção:** Apresenta menor custo inicial, com pagamento de mensalidades, possibilitando acesso a equipamentos modernos sem comprometer significativamente os recursos financeiros disponíveis. Inclui suporte técnico especializado, garantindo eficiência operacional.
- **Consideração:** Prestação de serviço de manutenção é mais vantajosa para órgãos com restrições orçamentárias, alinhando-se ao princípio da economicidade.

3.1.2 Custo de Depreciação

- **Aquisição:** Equipamentos adquiridos sofrem depreciação ao longo do tempo, influenciada por fatores como obsolescência tecnológica e tendências de mercado. A revenda, quando aplicável, resulta em recuperação parcial do investimento.
- **Serviço de Manutenção:** Não há impacto da depreciação para o órgão público, pois os equipamentos permanecem como propriedade do locador, que assume a responsabilidade por atualizações ou substituições, conforme estipulado em contrato.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção elimina riscos financeiros associados à depreciação, favorecendo a sustentabilidade orçamentária.

3.1.3 Custos de Manutenção

- **Aquisição:** A manutenção de equipamentos adquiridos é de responsabilidade do órgão público, demandando equipe técnica capacitada e insumos, além de potenciais impactos na continuidade dos serviços em caso de falhas.
- **Serviço de Manutenção:** A manutenção é responsabilidade do locador, conforme definido no Acordo de Nível de Serviço (SLA), reduzindo custos operacionais e liberando a equipe interna para atividades estratégicas.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção reduz custos e encargos administrativos, promovendo maior eficiência na gestão pública.

3.1.4 Tempo até a Disponibilidade

- **Aquisição:** O processo de compra, transporte e instalação pode ser demorado, especialmente considerando os trâmites licitatórios exigidos pela legislação.
- **Serviço de Manutenção:** Fornecedores especializados garantem maior agilidade na entrega e instalação, minimizando o tempo de espera e otimizando a implementação de soluções tecnológicas.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção atende com maior celeridade às demandas operacionais, alinhando-se ao princípio da eficiência.

3.1.4 Recuperação de Investimento

- **Aquisição:** Permite a possibilidade de revenda dos equipamentos, embora com perdas significativas devido à depreciação e à obsolescência tecnológica.
- **Serviço de Manutenção:** Não oferece recuperação de investimento, pois os equipamentos são devolvidos ao locador ao final do contrato. Contudo, os custos são previsíveis, limitando-se às mensalidades contratuais, sem despesas adicionais com manutenção ou atualizações.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção oferece maior previsibilidade financeira, favorecendo o planejamento orçamentário de longo prazo.

3.1.5 Necessidade de Atualização Tecnológica

- **Aquisição:** Equipamentos comprados podem tornar-se obsoletos em poucos anos, exigindo novos investimentos para atualização, sob pena de comprometer a competitividade do órgão público.
- **Serviço de Manutenção:** A obsolescência é responsabilidade do prestador de serviço, que pode substituir equipamentos por modelos mais modernos ao final do contrato ou conforme acordado, garantindo acesso contínuo a tecnologias atualizadas.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção assegura adequação tecnológica contínua, essencial para a modernização da gestão pública.

3.1.6 Conclusão da Análise Comparativa

A decisão entre aquisição e locação de equipamentos tecnológicos deve ser pautada em análise detalhada das necessidades do órgão público, considerando os princípios da administração pública, uma vez que a aquisição pode ser vantajosa em alguns cenários específicos a qual implica apenas na aquisição do equipamento, assistência técnica limitada e direcionada a falhas técnicas apenas dentro do prazo de garantia e não por mau uso onde torna-se moroso o processo de substituição.

Neste objeto de contratação, a prestação de serviço de manutenção destaca-se por sua flexibilidade, previsibilidade de custos e acesso a tecnologias modernas, tendo serviços compostos pelo ciclo completo de instalação, manutenção no local, atendimento dedicado de alto fluxo, equipamento reserva, atualização tecnológica e licenças de software.

4-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios de sustentabilidade

Salientamos é dever da contratada observar, entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais; preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.2 - Visita técnica

4.2.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor devidamente credenciado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas. A visita deverá ser agendada pelo número de telefone (13) 3496-2370, devendo ser apresentados no dia os seguintes documentos:





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- a) Ofício à Prefeitura, com todos os dados da Empresa, indicando o seu Representante;
- b) Cópia do Documento de Identidade do Representante;
- c) Cópia do CNPJ da Empresa.

4.2.2 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3 - Documentação Técnica: Para fins de homologação a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de até 10(dez) dias úteis após o julgamento e classificação das propostas, a seguinte documentação:

4.3.1 A licitante deverá apresentar os seguintes certificados específicos para os seguintes fabricantes:

- Fabricante Smart Technologies;
- Fabricante Hanshin International Limited;
- Fabricante Jeytech Indústria Tecnologia e Inovação.

4.4 Subcontratação

Não será admitida subcontratação do objeto da contratação.

4.5. Da contratação

4.5.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.5.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.5.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços:

4.5.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.5.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.5.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.

4.5.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

4.5.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.

4.5.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

4.6. Da rescisão

4.6.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

5.1 Condições de execução dos serviços

5.1.1 Executar os serviços decorrentes desta contratação nas formas e condições determinadas neste Termo de Referência e Minuta de Contrato.

5.1.1.1 - A CONTRATADA deverá dispor de uma equipe de, no mínimo, 5 profissionais especializados, que permanecerá dedicada integralmente ao atendimento do projeto. Essa equipe será responsável tanto pelo atendimento presencial nas Unidades Escolares, quanto pelas manutenções que exigem a retirada dos equipamentos para reparo em laboratório externo;

5.1.2 Os funcionários deverão estar devidamente identificados com uniforme personalizado e crachá de identificação da empresa. É obrigação da CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) de uso obrigatório, indicados pela legislação trabalhista para os funcionários;

5.1.3 Providenciar as ferramentas e equipamentos para o bom andamento dos serviços, não responsabilizando o Contratante pela guarda destes materiais;

5.1.4 Ser responsável pela instalação e ativação de todos os equipamentos e softwares com suas respectivas licenças de uso, incluindo Sistema Operacional do Módulo Digital. Toda mão de obra necessária aos serviços de instalação dos serviços adquiridos será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.5 Ser responsável pela substituição de todo e qualquer componente eletrônico que apresente defeito impossibilitando o uso dos equipamentos, sendo colocado equipamento reserva em caso de necessidade de retirada para manutenção em laboratório.

5.2 Manutenção Preventiva e Corretiva com substituição de componentes eletrônicos nos equipamentos das Lousas Digitais.

5.2.1 - A solução consiste em assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva das salas multimídias com atendimento de alto fluxo e emergenciais. Os serviços a serem executados incluem adequação de espaços físicos, correção e substituição de componentes dos equipamentos, que consistem em:

- Módulo Digital;
- Projetor de Imagem;
- Módulo de Áudio;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- Tela Interativa Touch Screen;

5.2.2 - A partir da contratação, a Empresa CONTRATADA terá um prazo não superior a 30 (sessenta) dias para iniciar os levantamentos técnicos sobre o funcionamento dos equipamentos da Lousa Digital nas salas existentes no Município. Essa fase de projeto e execução não poderá interferir no andamento de outros serviços contratados, como manutenções preventivas e corretivas. Todas as responsabilidades da CONTRATADA deverão andar em paralelo. A CONTRATADA deverá realizar visita técnica em todas as unidades no período inicial para identificar a funcionalidade dos equipamentos e analisar o que não funciona para que sejam substituídos. Também deverá fazer uma relação dos equipamentos a serem substituídos que não possuem condições de reparo ou estão condenados.

5.2.3 - Equipamentos como módulos digitais, projetores de imagem, telas interativas, módulos de áudio com componentes danificados ou que possam ser substituídos serão de responsabilidade da CONTRATADA realizar qualquer tipo de reparo sem custo adicional, o mesmo se aplica a projetores na questão de lâmpadas queimadas. Qualquer adequação de infraestrutura de cabos para atingir perfeição técnica e pleno funcionamento de todos os equipamentos do contrato será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo materiais e mão de obra, sem gerar custo para a CONTRATANTE.

5.2.4 - A primeira fase de readequar e realocar peças deverá ser feita em todo o parque existente, estimado em 901 salas, todas com kit completo de equipamentos que compõem a Lousa Digital. A CONTRATANTE terá a obrigação de fornecer apoio logístico nas unidades escolares e a liberação dos espaços para que a CONTRATADA possa realizar os atendimentos sem impedimentos. Qualquer adversidade na execução dos serviços causada pelos prestadores da CONTRATADA, bem como danos ou prejuízos nas salas de aula nesse período de adequações, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Todos os custos relacionados ao andamento da execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.2.5 -A empresa CONTRATADA deve possuir certificações que comprovem sua capacidade de realizar reparos e adequações no parque existente na Rede Municipal de Ensino, especialmente nas Lousas Integradas Digitais. É condição obrigatória que as empresas participantes sejam





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

fornecedoras de equipamentos compatíveis com o objeto da licitação e comprovem fornecimento através de atestados de capacidade técnica, demonstrando que vendem e fornecem equipamentos, e não apenas prestam serviços. O objetivo desse serviço é igualar a qualidade e funcionalidade das salas de aula existentes às novas, mantendo o princípio de padronização técnica e estética, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA manter os equipamentos da Lousa Digital das salas de aula prontas para uso, sem causar desconforto aos professores, alunos e equipes técnicas.

5.2.6 - A manutenção preventiva e corretiva irá atender todas as 901 salas de aula que possuam Lousas Digitais instaladas. A manutenção corretiva deverá prevenir, preservar e corrigir o não funcionamento em todas as esferas dos equipamentos que compõem o kit da lousa digital nos seguintes equipamentos: Módulo Digital, Projetor de Imagem, módulo de áudio, tela interativa touch screen, além de todos os periféricos relacionados a estes equipamentos em questão. Os serviços incluem preventiva, preservação e corretiva com troca de peças e periféricos.

5.2.7 - A CONTRATADA definirá com a CONTRATANTE uma rotina de visita técnica para: limpeza de projetores, limpeza das Lousas Integradas Digitais, passagem de antivírus nos notebooks, configurações diversas a pedido dos professores, e calibração das Lousas Digitais. A empresa CONTRATADA deverá ter uma base operacional num raio de no máximo 80 km da Secretaria Municipal de Educação. Atendimentos de chamados corretivos deverão ocorrer em até 24 horas úteis, com solução para módulo digital e projetor em até 48 horas após a chegada do técnico mediante a retirada dos equipamentos para atendimento em laboratório próprio. As horas úteis são das 08:00 às 18:00 de segunda a sexta, exceto feriados, e os serviços devem ser executados in loco.

5.2.8 - O atendimento será feito mediante abertura de chamado por canais que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA em comum acordo com a CONTRATANTE, com no mínimo: um e-mail dedicado, um aplicativo sem custos para os gestores, e um canal via mensagem (tipo WhatsApp). Essas ferramentas devem ser comprovadas após o certame na fase de julgamento.

5.2.9 - A CONTRATADA deverá contratar, com seus próprios recursos, 05 profissionais da área técnica de informática aptos para atendimento em equipamentos de informática e infraestrutura.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

A CONTRATADA deverá fornecer condições de trabalho adequadas, incluindo equipamentos, ferramentas, meios de comunicação, transporte, e os profissionais deverão estar uniformizados e identificados com crachá. Esses profissionais serão fiscalizados em conjunto entre CONTRATADA e CONTRATANTE, e prontos para atender chamados nos prazos e horários estabelecidos pela CONTRATANTE, divididos da seguinte forma: 05 (cinco) técnicos de Informática, no mínimo 2 deverão possuir certificações na área técnica de informática.

5.2.10 - Os técnicos de informática da CONTRATADA deverão atender aos direcionamentos de chamados técnicos do gestor do contrato e, seguindo as devidas orientações no dia a dia, executar todos os serviços, adaptações, soluções e demandas relacionadas aos equipamentos em sala de aula.

5.2.11 - Os serviços devem ser executados de segunda a sexta-feira, nos horários de funcionamento das Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Infantil e outros prédios da Secretaria Municipal de Educação. O escopo da rotina diária das equipes deverá ser definido entre CONTRATADA e CONTRATANTE, priorizando chamados de urgência para evitar a paralisação de salas de aula. A CONTRATADA deverá manter estoque de insumos e equipamentos em sua base operacional para backup, evitando interrupções no uso dos equipamentos em sala de aula. Quando houver necessidade de retirar módulo digital ou projetor para reparo, o técnico deverá deixar um equipamento equivalente ou superior, funcionando no local. A CONTRATADA deverá provisionar recursos para toda a manutenção, tanto de hardware e software dos equipamentos, quanto da infraestrutura da sala de aula (elétrica, rede e adequação de espaço físico, funcional e estética).

5.2.12 - No caso de dano físico **ocasionado por usuários**, os equipamentos serão reparados ou substituídos dentro dos seguintes limites máximos de vida útil:

- Módulo Digital: 25%;
- Projetor: 25%;
- Lousa Digital: 25%;
- Módulo de Áudio: 100%;
- Quadro branco - Quadriline: 50%;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- Cabo VGA ou HDMI: 100%;
- Suporte Projetor: 100%;
- Lousa Integrada 4 Seção com Display de 70 polegadas: 25%.

5.2.13 - Nas visitas de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá observar o estado da marcenaria do Quadrilíneo e agendar possíveis trocas da fórmica mediante a necessidade extrema quando estiver dificultando a escrita e leitura devido a manchas e arranhões. Os consertos deverão ocorrer durante o período de férias escolares. Em casos extremos que inutilizem total ou parcialmente o quadro branco, o reparo deverá ocorrer de forma emergencial sendo gerenciado o processo entre CONTRATADA e CONTRATANTE junto a gestão escolar. A substituição não estará coberta em casos de incêndios, furtos e fenômenos naturais.

5.2.14 - Ao final de cada visita, deverá ser entregue na unidade atendida uma ordem de serviço com os serviços realizados, nome do técnico, data e hora da abertura, início e finalização do atendimento, problema relatado, encontrado e solucionado. Se houver retirada de equipamento, o técnico deverá preencher uma ficha de retirada com marca, modelo, número de série, patrimônio e acessórios, relatando danos físicos aparentes. Uma cópia da ficha ficará com o responsável da unidade e outra com o técnico, ambas com nomes completos e assinaturas. A responsabilidade do equipamento passa a ser totalmente da CONTRATADA a partir de sua saída da unidade. Na devolução, o técnico preencherá uma ficha de entrega com marca, modelo, número de série, patrimônio e acessórios. Uma cópia ficará com o responsável da unidade e outra com o técnico, ambas com nomes e assinaturas. A ficha de entrega deve ser confrontada com a de retirada, e divergências devem ser informadas para o responsável da unidade.

5.2.15 - A unidade que abriu o chamado tem a responsabilidade de proporcionar condições e acompanhamento para o atendimento (abertura de portões, portas, etc.) e para que o técnico possa realizar testes, trocas e/ou retiradas. Em casos que exijam a retirada de alunos da sala, a realização deverá ser acordada com o responsável da unidade. Se a realocação não for possível, o responsável deverá informar o período em que a sala estará disponível. Casos que comprometam a integridade física de alunos e/ou funcionários serão tratados como emergenciais, com o risco explicitado no chamado.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

5.2.16 - Deverão ser realizadas manutenções preventivas diárias mediante a um cronograma elaborado pela CONTRATANTE, abrangendo todos os equipamentos, com limpeza técnica, reparos e atualizações. No início de cada mês, a CONTRATADA enviará um relatório com todos os chamados do mês anterior, contendo os serviços realizados, nome do técnico, datas e horas do atendimento e os problemas relatados. Com esses dados, serão gerados gráficos sobre tipo de equipamento, origem do problema (mau uso, defeito de fabricação, desgaste natural), e chamados improdutivos x produtivos.

5.2.17 - A CONTRATADA arcará com todas as despesas diretas e indiretas da mão de obra necessária para as adequações. Todos os componentes (fios, cabos, suportes e outros materiais), bem como a movimentação, adequação, conserto e substituição de equipamentos, componentes, incluindo transportes, ficarão a cargo da CONTRATADA.

5.5 Relação de endereços

	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
1	E.M. 19 DE JANEIRO	Rua Flávio Monteiro de Castro, nº 500	Ribeirópolis
2	E.M. ALBERT EINSTEIN	Avenida Lasar Segal, s/nº, Esq. Rua D. Pedro I	Samambaia
3	E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	Rua Limeira, nº 69	Boqueirão
4	E.M. ANTÔNIO PERES FERREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1.077	Vila Sônia
5	E.M. ANTÔNIO RUBENS C. DE LARA	Rua Ana Pereira França, nº 249	Bal. Esmeralda
6	E.M. ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	Rua Odair Penellas Baeta s/nº	Jardim Princesa
7	E.M. ARY CABRAL	Rua Manoel Sampaio Seabra Pereira, s/nº	Jardim Quietude





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

8	E.M. CARLOS EDUARDO C. CASTRO	Rua Ildefonso Galeano, nº 126	Vila Tupiry
9	E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	Rua Duque de Caxias, nº 999	Boqueirão
10	E.M. CIDADE DA CRIANÇA	Rua Rubi, nº 600	Cidade das Crianças
11	E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	Rua Mem de Sá, nº 01	Aviação
12	E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	Rua Esmeraldo Soares Tarquínio, nº 501	Ribeirópolis
13	E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	Rua Maria Luiza Lavalley, nº 150	Sítio do Campo
14	E.M. DR. ROBERTO SHOJI	Rua Ildefonso Galeano, nº 100	Vila Tupiry
15	E.M. DR. WILSON GUEDES	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, nº 195	Samambaia
16	E.M. DRª. ANA MARIA BABETTE B. F.	Av. Presidente Kennedy, nº 17.100	Jardim Real
17	E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	Rua Luzia Borba Ranciaro, nº 246	Vila Antártica
18	E.M. EDUARDO G. DO BARREIRO	Rua Milena Perutich, s/nº	Jardim Melvi
19	E.M. ENGº. SÉRGIO DIAS DE FREITAS	Rua Turmalina, nº 25	Cidade das Crianças
20	E.M. ESTADO DO AMAZONAS	Av. Maria Cavalcanti da Silva, nº 431	Samambaia
21	E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	Rua Xixová, nº 1.100	Canto do Forte
22	E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	Rua Monteiro Lobato, s/nº, Esq. Presidente Kennedy	Cidade Ocian
23	E.M. FUEDER TEMER	Rua Leme, esq. c/ Rua Botafogo, nº 27	Vila Guilhermina
24	E.M. GOV. FRANCO MONTORO	Rua Paulino Borreli, nº 1.000	Balneário Maracanã
25	E.M. GOV. MÁRIO COVAS	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, nº 1.000	Nova Mirim
26	E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	Rua 1º de janeiro, nº 1221	Vila Mirim
27	E.M. GREGÓRIO FRANÇA DE SIQUEIRA	Av. Vitor Meireles, nº 2.000	Parque das Américas





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

28	E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	Rua das Rosedas, s/nº	Samambaia
29	E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	Rua Pernambuco, 865	Boqueirão
30	E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1171	Vila Sônia
31	E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	Rua Paulo Setúbal, nº 80	Balneário Esmeralda
32	E.M. JOÃO GONÇALVES	Rua Frei Henrique de Coimbra, nº 02	Aviação
33	E.M. JOAQUIM AUGUSTO F. MOURÃO	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.000	Jardim Melvi
34	E.M. JOSÉ CREGO PAINCEIRA	Av. Presidente Kennedy, nº 13.499	Vila Caiçara
35	E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	Rua Comendador Luiz Caiáffa, nº 98	Sítio do Campo
36	E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	Rua Bororós, nº 150	Vila Tupi
37	E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	Rua A, nº 331	Jardim Glória
38	E.M. JULIANA ARIAS R. DE OLIVEIRA	Rua Ildefonso Galeano, nº 150	Vila Tupiry
39	E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	Rua Gaspar Lemos, nº 100	Aviação
40	E.M. LEOPOLDO E. VANDERLINDE	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, s/nº	Nova Mirim
41	E.M. LIONS CLUBE OCIAN	Rua Teófila Vanderlinde, nº 933	Cidade Ocian
42	E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	Rua Engenheiro Antônio Lotuffo, nº 839	Sítio do Campo
43	E.M. MAESTRO LUIZ ARRUDA PAES	Rua Quatro, nº 921	Nova Mirim
44	E.M. MAHATMA GANDHI	Rua Dr. Antonio Sylvio Cunha Bueno s/nº	Jardim Melvi
45	E.M. MANOEL NASCIMENTO JÚNIOR	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
46	E.M. MARIA DOS REMÉDIOS C. MILAN	Rua Manoel Gonzalez Corujo, nº 57	Jardim Melvi
47	E.M. MÁRIO POSSANI	Rua Dr. Samuel Augusto Leão M., nº 451	Vila Caiçara
48	E.M. NATALE DE LUCCA	Rua Rui Manoel S. Seabra P., nº 476	Jardim Quietude
49	E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	Rua Antônio Cândido da Silva, nº 450	Vila Sônia
50	E.M. NICOLAU PAAL	Rua Alfredo D'Scragnoilli Taunay, nº 41	Ribeirópolis
51	E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	Rua Josefa Alves de Siqueira, nº 552	Jardim Anhanguera
52	E.M. OSWALDO JUSTO	Rua Primeiro de Janeiro, nº 987	Vila Mirim
53	E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	Rua Alfredo Niederbichler, nº 243	Jardim Anhanguera
54	E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	Rua 10, nº 91	Balneário Esmeralda
55	E.M. PAULO SHIGUEO YAMAUTI	Rua Oscar de Menezes Barbosa, nº 151	Jardim Anhanguera
56	E.M. PROFª MARIA DE LOURDES S.	Rua Vitor Meirelles, nº 1875	Esmeralda
57	E.M. PROFª. ELZA OLIVEIRA DE C.	Rua C, nº 1.039	Jardim Glória
58	E.M. PROFª. ESMERALDA D. S. NOVAES	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
59	E.M. PROFª. ISABEL FIGUEROA B.	Rua João Ramalho, nº 1.250	Aviação
60	E.M. PROFª. MARIA CLOTILDE L. C. RIGO	Rua 10, nº 141	Balneário Esmeralda
61	E.M. PROFª. MARIA NILZA DA S. R.	Rua do Maçon, nº 1.000	Vila Sônia
62	E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	Av. Fumio Myiazi, nº 81	Jardim Guilhermina
63	E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS S.	Av. Oliveira Lima, nº 971	Ribeirópolis
64	E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	Rua Quito, nº 81	Jardim Guilhermina
65	E.M. RONALDO S. A. LAMEIRA RAMOS	Av. Irmãos Adorno, s/nº	Sítio do Campo
66	E.M. RUTH VILAÇA C. L. CARDOSO	Rua Maria Borella Conte, esq. c/ Av. João André Quintale	Balneário Maracanã
67	E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Cornélio Procópio, nº 300	Boqueirão





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

68	E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
69	E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	Rua Paulino Borrelli, nº 921	Balneário Maracanã
70	E.M. THEREZA MAGRI	Rua Leonora Cembroli Martins, nº 280	Vila Antártica

71	E.M. VALTER SALERNO	Av. Dom Pedro II, nº 828	Cidade Ocian
72	E.M. VER. ISAURA CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/n	Sítio do Campo
73	E.M. VER. FELIPE AVELINO MORAES	Rua Dino Tognini, nº 886	Caiçara
74	E.M. VILA MIRIM	Rua 23 de Outubro, nº 116	Vila Mirim
75	E.M. VILA TUPIRY	Rua Itamacas, nº 70	Vila Tupi
76	E.M. VISCONDE DE MAUÁ	Av. Oliveira Lima, nº 972	Ribeirópolis

5.6 Relação de Equipamentos:

5.6.1 - Descritivo Técnico dos Equipamentos

5.6.1.1 - Lousa Quadrilínea Retilínea com 02 ou 03 Módulos : Lousa modular com painel lateral retrátil e nicho que é utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas, com superfície de trabalho constituído em laminado plástico branco que auxilia o nivelamento da escrita e permite distribuição escalar no uso de desenhos gráficos, facilitando o trabalho e a visualização do espectador.

5.6.1.1.1 - Dimensões: A Lousa modular infantil possui 1,37 metros de altura mínima x 4,90 metros de largura máxima e profundidade de 30 centímetros nas extremidades, sendo 18 cm em sua parte central. Dividida em 02 módulos: Os módulos são retos com distância focal de 2000 mm.

5.6.1.1.2 - Material: Chassi estruturado em perfis tubulares com 20 x 20 milímetros de seção e espessura de paredes 1,5 milímetro: proteção oxidação de todas as partes metálicas por sistema ecológico a base de ácido fosfórico e deposição de camada superficial de fosfato de zinco. Revestimento protetivo e acabamento executado por aplicação de pigmentos à base de resinas epoxídicas, fornecidas em dois componentes, tendo como características básicas: alta resistência química, dureza, brilho e poder de abrasão, com película vitrificada não tóxica com posterior catalisação em estufa.

5.6.1.1.3 - Revestimento da estrutura tubular: Construído em MDF, madeira ecológica vindo de fontes renováveis, isenta de deterioração por fungos e/ou insetos xilófagos, espessura de 15





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

milímetros, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft fixadas por cola fenólica.

5.6.1.1.4 -Superfície de trabalho: Está configurada por uma base de apoio executada em MDF, madeira ecológica oriunda de fontes renováveis isenta de deterioração por fungos e ou insetos xilófagos, espessura de 6 milímetros oriundas de reflorestamento ou áreas de manejo sustentável, superfície de trabalho revestida acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros na cor branca quadriculado.

5.6.1.1.5 - Colunas Laterais: Está configurada por uma base de apoio estruturada em Cambota boleada de forma que contribua evitando acidentes em partes pontiagudas. Ser executada em compensado flexível de madeira multi-laminada, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros, medido 1370 mm de altura, 300 mm de profundidade e 250mm de largura.

5.6.1.1.6 -Fixação: São grapas fabricada em chapas de aço carbono dotadas de dobras executadas a frio que servem a função de fixação do móvel, feita por meio de parafusos AATT com e 50 milímetros de comprimento x 8 milímetros de diâmetro em buchas de poliamida 6.6 com dimensões de 10 milímetros de diâmetro e 50 milímetros de extensão, dotadas de garras específicas para alvenaria.

5.6.1.1.7 -Módulo Integração Lateral Retrátil: Painel Lateral retrátil e nicho que poderá ser utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas. Possui chassi estruturado em perfis tubulares com 20 x 20 milímetros de seção de espessura de paredes 1,5 milímetros; proteção contra oxidação de todas as partes metálicas através de sistema ecológico a base de ácido fosfórico e deposição de camada superficial de fosfato. Está configurada um revestimento por uma base de apoio executada em MDF, madeira ecológica vindo de fontes renováveis isenta de deterioração por fungos e ou insetos xilófagos, espessura de 06 milímetros oriundas de reflorestamento ou áreas de manejo sustentável, superfície de trabalho revestida acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros na cor branca quadriculado.

Para que em sua abertura deslize sob trilho de alumínio anodizado em forma U sob roldanas truncadas com rolamentos de superfície em ABS, fazendo com que revele na sua abertura o nicho que poderá ser utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas. Não possuir relevos em sua emenda com outros módulos em uma das partes. O módulo central deverá possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino).

5.6.1.1.8 - Porta Pincel/Apagador: Construído em MDF calandrado, com 580mm de largura X 150mm de altura X 95mm de profundidade em madeira ecológica vindo de fontes renováveis, isenta de deterioração por fungos e/ou xilófagos, espessura de 8 milímetros, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft fixadas por cola fenólica.

5.6.1.1.9 - Sistema de Áudio: O sistema de áudio da Lousa Retilínea contém 02 auto falantes triaxial de 300 watts instalados integrados na moldura superior e 01 amplificador compacto com técnica moderna de circuito eletrônico que obtém alta qualidade na reprodução de sinais em toda faixa de frequência de áudio fornecendo de 100 watts RMS de potência, a carga de saída poderá ser substituída por associações série paralela ou mista de que seus valores equivalentes sejam maiores ou iguais a 4 watts o amplificador possui resposta plana e apresenta excelente desempenho.

- O amplificador contém:
 - Controle de volume máster;
 - Volume microfone individual;
 - Botão liga e desliga;
 - Saída para microfone;
 - Led on verde quando aceso indica que o amplificador está ligado;
 - Led off vermelho quando aceso indica a presença de sobrecarga (impedância menor a especificada ou curto na saída) e a proteção é acionada;
 - Controle na tonalidade de agudos;
 - Controle na tonalidade de medios;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- o Controle na tonalidade de graves. A alimentação do amplificador é feita através de corrente alternada 110/127 ou 220 VAC com uma chave de seleção em sua parte traseira, o amplificador possui fusível de proteção que romperá em caso de alimentação inadequada.

5.6.2 - Lousa Digital Touch Screen

5.6.2.1 - Possui no mínimo 60 e 70 polegadas no máximo com pacote de software. Superfície fosca e permitir o uso de canetas de qualquer marca, com tinta para quadro branco. Acessibilidade: Não deve possuir caneta proprietária ou qualquer outro dispositivo eletrônico, impossibilitando o seu uso por portadores de necessidades especiais físicas.

5.6.2.2 - Possibilita escrever com o dedo, cotovelo ou qualquer outro objeto ou parte do corpo não necessitando de canetas especiais as quais fazem obrigatoriamente o uso de dedos excluindo os portadores de deficiência no uso do recurso. Funciona nas plataformas Windows (incluindo Windows da versão 7 a 10 MAC OS. A tela permite a conexão sem fio sendo esta opcional. Por motivo de segurança, a alimentação elétrica é obrigatoriamente obtida através de um cabo USB nativo conectado ao computador. O peso da tela interativa é de no máximo 18 Kg fato que uma pessoa sozinha possa remover ou transportar sem dificuldades e transtornos.

5.6.2.3 - A resolução da superfície de contato é no mínimo 12800 x 9600 pontos.

5.6.2.4 - Aceita 4 toques simultâneos, permitindo que 4 pessoas escrevam ao mesmo tempo. Além disso, deve suportar reconhecimento de gestos com múltiplos toques, tais como zoom na página aumentar, rotacionar e agrupar objetos.

5.6.2.5 - A superfície do quadro é de aço cerâmico, de altíssima durabilidade, e resistente a danos.

5.6.2.6 - O tempo de resposta ao toque está entre 6 ms e 12 ms.

5.6.2.7 - Precisão do toque do dedo é de 1 mm.

5.6.2.8 - Tecnologia de digitalização de Infravermelho.

5.6.3 - Módulo de Processamento Digital

5.6.3.1 - MOTHERBOARD: Socket LGA 1150; suporte a memórias DDR3 de 1066 e 1333MHZ com 2 slots no mínimo; suporte a 8GB de memória em dual channel; Padrão micro ATX ou ITX; Capacitores sólidos, pelo menos na área do processador; Vídeo ONBOARD de 128MB; 04 portas USB traseira; Controladora de rede integrada 10/100/1000 Mb/s; Controlador de áudio





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

integrado de alta definição estéreo. Conectores externos para microfone. Entrada estéreo e saída estéreo amplificada; conector padrão RJ45; Chipset deve ser do mesmo fabricante do processador Controladora SATA para pelo menos 4 periféricos Placa de rede Wireless Padrão 802.11 b/g/n, Conectores VGA e HDMI.

5.6.3.2 - MEMÓRIA: 4 GB memória DDR3 1333 MHZ

5.6.3.3 - DISCO RÍGIDO: Unidade interna: Capacidade formatada de aproximadamente 500 GB Cache de 16MB 7200 RPM Interface padrão SATA de 3.0gb/s;

5.6.3.4 - UNIDADE DE DVD: Unidade interna: Dual Layer Interface padrão SATA Função de leitura e gravação de DVD

5.6.3.5 - PROCESSADOR: Conjunto de instruções 64-bit; Pinagem LGA 1150; Cooler e dissipador do mesmo fabricante: Frequência de operação (clock): 3,2 GHZ; possui 2 núcleos físicos; simula um núcleo de processamento extra em cada núcleo “físico”; Sistema operacional reconhece como tendo quatro núcleos; Cache: 3 MB Controlador de memória integrado: Suporta memórias DDR3 de 1.066 MHz ou 1.333 MHz na configuração de dois canais. Suporte a uso simultâneo de 2 monitores.

5.6.3.6 - GABINETE: Fabricado em aço galvanizado inclui fonte de alimentação, possui microventilador de 80mm, Dimensões (mm): 95(A)X280(L)X380(P), 1 baia externa de 5.25”, 1 baia de 3.5” interna ou 1 baia de 2.5 interna (opcional), 4 slots de expansão, Possibilitar Instalação de Placa mãe: Micro ATX e ITX, Portas I/O: 2 portas USB + Áudio Frontal, Cor predominante: Preta;

5.6.3.7 - TECLADO: Padrão ABNT2, com ajuste de inclinação, Interface USB Padrão de cor de acordo com o gabinete

5.6.3.8 - MOUSE: Óptico, interface USB, resolução mínima de 400DPI, 2 botões de seleção e botão de rolagem scroll Padrão de cor de acordo com o gabinete;

5.6.4 - Projetor de Imagem

- Resolução XGA;
- Tecnologia: 3LCD;
- Contraste: 10000:1
- Luminosidade: 3000 Lúmens;
- Lâmpada: Tipo 200W UHE, vida útil 5000 H (modo normal) 10000 h (modo econômico);





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- Aspecto Nativo: 4:3;
- Lente: Sem Zoom óptico / índice de Projeção / Throw Ratio: 1,48 – 1,77;
- Distância de projeção: 0,89 – 9,12m;
- Tamanho da imagem: 30” – 300”;
- Distância focal: 16.9 a 20.28 mm;
- Foco: Manual;
- Zoom: 1-1.2;
- Conexões: Entrada: HDMI x 1; Computador: VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1 ; S- Vídeo: Mini DIN x 1; Vídeo Composto: RCA (amarelo) x1; USB Tipo A x 1 (Memoria USB, Wi-fi); USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle) ; Audio: RCA x 2 (vermelho/branco); RJ45 x 1; saída: VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1 – Monitor Out; Áudio (Estéreo Mini Jack) x1;
- Voltagem: bi volt;
- Alto falante interno: 5W;
- Ruído: 37 Db (modo Normal) 29 Db (modo Eco);
- Acompanha: Cabo de alimentação, cabo VGA, Controle remoto, CD de documentação, CD com software do projetor;
- Peso máximo 2,6Kg.

5.6.5 - Módulo de Áudio (Integrado)

5.6.5.1 - Sistema de Áudio: O sistema de áudio da Lousa Retilínea contém 02 auto falantes triaxial de 300 watts instalados integrados na moldura superior e 01 amplificador compacto com técnica moderna de circuito eletrônico que obtém alta qualidade na reprodução de sinais em toda faixa de frequência de áudio fornecendo de 100 watts RMS de potência, a carga de saída poderá ser substituída por associações série paralela ou mista de que seus valores equivalentes sejam maiores ou iguais a 4 watts o amplificador possui resposta plana e apresenta excelente desempenho.

- O amplificador contém:
 - Controle de volume máster;
 - Volume microfone individual;
 - Botão liga e desliga;
 - Saída para microfone;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- Led on verde quando aceso indica que o amplificador está ligado;
- Led off vermelho quando aceso indica a presença de sobrecarga (impedância menor a especificada ou curto na saída) e a proteção é acionada;
- Controle na tonalidade de agudos;
- Controle na tonalidade de medios;
- Controle na tonalidade de graves. A alimentação do amplificador é feita através de corrente alternada 110/127 ou 220 VAC com uma chave de seleção em sua parte traseira, o amplificador possui fusível de proteção que romperá em caso de alimentação inadequada.

5.6.6 - Lousa Integrada 4 Seções Display Interativo de 70 polegadas

5.6.6.1 - Lousa Integrada

5.6.6.1.1 - A Lousa digital integrada é uma solução técnica com projeto construtivo unificado, preservando as práticas pedagógicas tradicionais e digitais, garantindo ao professor a alternância entre as aplicações convencionais e digitais sem que uma interponha a outra.

5.6.6.1.2 - A Lousa digital integrada deverá permitir que o conteúdo pedagógico receba as intervenções do professor que obrigatoriamente deverá realizar a gravação através do software de gestão de aula digital proprietário e não através de software de terceiros.

5.6.6.1.3 - A tecnologia da Lousa digital deverá ser totalmente integrada permitindo ao professor interagir na área de escrita tradicional com pincel marcador para quadro branco e na área da superfície digital touchscreen usando aplicativo de palheta interativa com canetas, pincéis de cores diversas e borrachas de diversos tamanhos, interagindo com o “toque do dedo” com no mínimo 02 toques simultâneos.

5.6.6.1.4 - A Lousa digital integrada deverá possuir a resolução 16:9 wide para que o conteúdo digital seja reproduzido sem distorções e trazer a ergonomia necessária para o uso tanto do professor quanto do aluno. Deverá conter superfície frontal deslizante branco quadriculado permitindo a escrita tradicional e simultaneamente o acesso à tecnologia digital touchscreen, para que o professor tenha a livre escolha do recurso didático.

5.6.6.1.5 - A tecnologia da Lousa digital integrada ao display, deverá possibilitar a potencialização da fixação do conteúdo digital e tradicional sem que haja a perda da interatividade do professor permitindo trabalhar múltiplas formas pedagógicas digitais e tradicionais.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

5.6.6.1.6 - O software de gestão de aula digital deverá permitir a utilização de diversas técnicas educacionais, salvando os comentários específicos nas páginas das aulas produzidas, possibilitando o enriquecimento do conteúdo pedagógico não limitando através da atuação do professor, deverá permitir compartilhamento por software ou aplicativo que possibilita anexar arquivos.

5.6.6.2 - Dimensões e Aspectos dos Planos de Escrita tradicional e Digital Interativo: A lousa digital integrada deverá possuir altura mínima de 1,15 e máxima de 1,31 metros, largura total mínima de 4,75 e máxima de 4,90 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. Deverá ser modulada em três seções; sendo uma seção com superfície de escrita tradicional branco diagramado com marcação 50mmX50mm fixa, uma seção com superfície de escrita tradicional branco diagramado com marcação 50mmX50mm deslizando e revelando a seção interativa, composta por uma superfície display em tecnologia LED interativa digital touchscreen, com geração de imagens, protegida por material transparente e resistente a impactos de alta segurança e possuir aspecto de projeção wide mínimo 16:9.

5.6.6.3 - Material Construtivo das Sessões: O produto deverá possuir seções modulares em estrutura com perfil tubular com 20x20 milímetros de seção transversal quadrada e espessura de paredes 0,9 milímetro, soldado por técnica MIG. Toda estrutura metálica deverá receber acabamento de pintura com resinas a base de polímeros a seco na cor cinza médio, com tecnologia de pintura eletrostática, com posterior catalisação em forno a quente. A espessura final da camada de pintura não deverá ser inferior a 50 microns. Este procedimento de pintura deverá possuir certificação através de laboratório acreditado pela CGCRE de acordo com a norma da ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Certificação em Teste de Corrosão por Exposição à Névoa Salina, com 1000 horas de duração e com grau de enferrujamento 10 conforme ASTM D610 e F0 de acordo com NBR ISO 4628-3. A estrutura deverá possuir sistema deslizante contendo trilho suspenso U e trilho guia T, e possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino).

5.6.6.4 - Superfície das Sessões Plano de Escrita tradicional: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por laminado Estrutural - HPL (High Pressure Laminate) na cor branco, diagramado, com a impregnação de filme overlay em melamina especial para uso de canetas marcadores em quadro branco em sua face de escrita e branco liso na sua contra face com espessura total de 2 mm, com





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

impregnação de materiais celulósicos com resinas termoestáveis, formando um único material prensado por meio de calor e alta pressão, anti chamas garantindo a segurança.

Este laminado Estrutural deverá possuir certificação de acordo com norma técnica ISO 4586-1/2 de resistência a desgaste superior a 1000 ciclos, NBR ISO 4586 - 1/2 resistência a manchas HD 4 e 5, ISO 4586 – 1/2 Resistência à Alta Temperatura do acabamento superior a 4, NEMA – LD-3 superior a 25 ciclos, ISO 4586 –1/2 Resistência à Luz de Xenônio padrão LAN 6.

5.6.6.5 - Superfície de Escrita Digital touchscreen

5.6.6.5.1 - A superfície da seção touchscreen deverá ser fabricado com superfície de toque em material cristalino de espessura mínima de 6 milímetros, material resistente, garantindo que não haja riscos aos usuários em caso de quebra, trinco e ao produto durante o uso ou em caso de acidente.

5.6.6.5.2 - O equipamento deve ser responsável pela reprodução de imagens a partir do próprio display, sem a necessidade de projeção ou monitor adicional, com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels e proporcionar a interação digital, ao toque do dedo ou por caneta tipo bastão de ponta plástica.

5.6.6.5.3 - Deverá possuir aspecto de imagem wide 16:9 de no mínimo 68 polegadas e máximo 70 polegadas.

5.6.6.5.4 - A superfície digital deve ser sensível ao toque do dedo, não dependendo de nenhum dispositivo especial ou proprietário para a interação e operação. Aceitar no mínimo 2 toques simultâneos, permitindo que 2 pessoas escrevam ao mesmo tempo, suporta o reconhecimento de gestos com múltiplos toques, tais como zoom na página, aumentar, rotacionar e agrupar objetos.

5.6.6.5.5 - Deverá ser de baixo consumo de energia, dotada de tecnologia de reprodução de imagem LED, resolução desejável ULTRA HD 4K. A tela digital touchscreen deve possuir sistema compatível com reprodução online, e espelhamento com dispositivos iOS e Android.

5.6.6.5.6 - A conexão de dados e toque com o computador deverá ser feita através de cabo USB 2.0 e vídeo através de conexão HDMI.

5.6.6.5.7 - O consumo elétrico do quadro deve ser menor que 500mA. A resolução de toque deve ser 32768 x 32768 pontos.

5.6.6.5.8 - O tempo de resposta ao toque deve ser entre 6 ms. A precisão do toque do dedo é de 1 mm.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

5.6.6.5.9 - O software gestor da superfície digital deve ser fornecido no idioma Português do Brasil, com o número de licenças ilimitado, permitindo instalar em quantos PCs forem necessários. Os arquivos gerados pelo software da superfície digital - Lousa Interativa, deve permitir a gravação dos mesmos nos formatos: PDF, PPTX, XLSX, JPG, JPEG, BMP, PNG, HTML, DOCX, SVG, IWB.

5.6.6.6 - Molduras e Acabamentos: Deverá possuir seção longitudinal estruturada em cambota boleada de forma curva acentuada proporcionando segurança contra acidentes e não obter partes pontiagudas, fabricada com material seguro e flexível e revestida na cor cinza médio conforme o produto.

PLANEJAMENTO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
Definições e Planejamento Logístico												
Coleta inicial de informações												
Análise de Hardware e Software												
Análise de Infraestrutura												
Definições das Ações Corretivas												
Ações Corretivas Organizadas												
Ações de Demandas Emergenciais												
Ações Preventivas Organizadas												
Documentação de Serviços Executados												

5.7 - Cronograma de execução dos serviços

- **Definição e planejamento logístico:** etapa base de planejamento envolvendo o cenário atual dos equipamentos;
- **Coleta inicial de informações:** etapa de reunir os dados relevantes sobre cada Unidade Escolar e seus respectivos equipamentos;
- **Análise de hardware e software:** etapa que consiste em avaliar o estado atual dos equipamentos, identificando obsolescências e necessidade de atualizações ou substituições;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- **Análise de infraestrutura:** etapa que consiste em avaliar o ambiente estruturada física e lógica das operações;
- **Definições das ações corretivas:** etapas planejadas para resolver os problemas existentes e levantados em fase inicial do projeto;
- **Ações corretivas organizadas:** etapa da execução do atendimento sanando os problemas solicitado;
- **Ações de demandas emergenciais:** consiste em intervenções rápidas e prioritárias a fim de resolver problemas críticos;
- **Ações preventivas organizadas:** atividades programadas periodicamente para evitar que problemas futuros ocorram;
- **Documentação de Serviços executados:** é o registro detalhado dos atendimentos e retiradas dos equipamentos

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou documento equivalente, o órgão ou entidade **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caput).

6.7 Caberá ao **gestor do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.7.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa:

a) Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

b) Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos dos contratos e inclusive daqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

6.7.2 emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período desde que devidamente justificada e autorizada pela(s) Secretaria(s) requisitante(s), contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

6.7.3 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.7.4 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

6.7.5 manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

6.7.6 coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

6.7.7 estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, para que se tenha tempo hábil para realizar uma nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;

6.7.8 negociar condições mais vantajosas com a contratada no procedimento que antecede a prorrogação ou a extinção dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, na forma do disposto no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.8 Cabe ao **fiscal técnico do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

6.8.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.8.2 anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.8.3 emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.8.4 informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8.5 comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

6.8.6 fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, com o apoio do fiscal administrativo, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.8.7 comunicar o gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 11, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

6.9 Cabe ao **fiscal administrativo do contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

6.9.1 prestar apoio técnico e operacional ao gestor e ao fiscal técnico do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.9.2 verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e

6.9.3 examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

6.10. Sanções e infrações administrativas:

6.10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

6.10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

6.10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.10.1.2 a 6.10.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

6.10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.10.1.5 a 6.10.1.8”, bem como nas alíneas “6.10.1.2. a 6.10.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.10.2.4. Multa:

6.10.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

6.10.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

6.10.2.4.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

6.10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

6.10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.10.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

6.10.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

6.10.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

6.10.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A execução do objeto será acompanhada pela equipe do Departamento de Programas de Inclusão Digital que avaliará o atendimento às condições constantes no Termo de Referência e no Contrato.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco)dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I,"a" da Lei 14.133/21).

7.2.1 O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

7.2.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1 O Contratado/Detentor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.3.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo

7.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

7.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

7.9 Prazo e Forma de pagamento: O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada e aprovada pela Unidade Requisitante.

7.10 Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.11 Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

7.12 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC – FIPE, calculado *pro rata die*.

7.13 Quaisquer pagamentos não isentarão a Empresa das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

7.14 Não serão aceitos faturamentos com CNPJ diferentes da empresa vencedora, seja ela matriz ou filial.

7.15 Sendo vencedora a matriz, a documentação relativa ao faturamento deverá ser em nome e com CNPJ da Matriz e se for filial, em nome e com CNPJ desta última.

8. DO TERMO DE CONTRATO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado em caso de interesse da municipalidade, com fundamento nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.

9. DO AJUSTE

9.1. As obrigações decorrentes deste Pregão Eletrônico consubstanciam-se no Contrato, parte integrante deste, Autorizações de Fornecimento expedidas pela Divisão de Expediente da Secretaria de Administração e termos do edital.

10. DO PREPOSTO

10.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

10.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

11 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.2 - A proposta apresentada pelos licitantes para participação na sessão pública deve ter um prazo de validade de 90 dias, devido a possibilidade de convocação de colocados subsequentes em caso de desclassificação de algum item, garantindo assim prazo para todos os prazos legais previstos para novas negociações, bem como para homologação e assinatura de termo de ata.

11.2.1 Juntamente com a proposta, a empresa licitante deverá declarar, através de um ofício, que possui estoque de equipamentos reservas para atendimentos imediatos conforme as seguintes quantidades:

- Módulo Digital: 10% do quantitativo total;





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

- Projetor de Imagem: 5% do quantitativo total;
- Módulo de Áudio: 5% do quantitativo total.

11.3 O regime de execução: O regime de execução do contrato será por menor preço unitário.

11.4 Exigências de habilitação

11.4.1 Habilitação jurídica: A documentação relativa à Habilitação Jurídica consiste em:

11.4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresase-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.4.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº. 77, de 18 de março de 2020.

11.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.4.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

11.4.1.9. Atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, no mínimo 25% dos quantitativos da contratação.

11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista: A documentação relativa à Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista consiste em:

11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

11.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.

11.5.7. Prova da inexistência de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão municipal competente, da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;

11.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.6 Qualificação econômico-financeira: A documentação relativa à qualificação econômico-financeira é a seguinte:

11.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.6.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta.

11.6.2.1. Empresas que tenham sido constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório, limitar-se-ão a apresentar balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referente apenas ao último exercício.

11.6.2.2. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social, poderão comprovar sua capacidade econômico financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133 de 2.020.

11.6.2.3. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem ser extraídos do Livro Diário e conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

11.6.2.4. Caso a proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das S.A).

11.6.2.5. No caso de empresas que efetuaram a Escrituração Contábil pelo Sistema Público de Escrituração Digital deverá apresentar os seguintes documentos: Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário Eletrônico; Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídos do Livro Diário Eletrônico, com o respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital nos termos do artigo 39 da Lei nº. 8.934/94.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

11.6.2.6. Caso o capital social constante no Balanço Patrimonial seja diverso do constante do Contrato Social Consolidado, deverá ser apresentado Alteração do Contrato Social que comprove que o capital social constante no Balanço Patrimonial está correto.

11.6.3. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LC) = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

11.6.4. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(LG) = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / \\ (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

11.6.5. Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG), demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um). O cálculo deverá ser efetuado segundo a fórmula abaixo:

$$(SG) = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

11.6.6. As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item, quando os índices dos itens anteriores forem inferiores a 1 (um), devendo a comprovação ser feita relativamente a data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.7 Não será admitida a participação de consórcios de empresas ou cooperativas. Considerando que tal contratação não é de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende - na prática - a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa. No que tange a participação de cooperativas os serviços objeto da presente contratação pressupõem habitualidade em sua





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

execução, pessoalidade e subordinação os quais não incompatíveis com os moldes cooperativistas atuais.

11.7.1. A participação de cooperativas no certame está vedada, com base na súmula 281 do TCU que dispõe: “É vedada a contratação de cooperativas de trabalho para a prestação de serviços contínuos com características de pessoalidade, subordinação e habitualidade, sob pena de configurar-se bula à exigência de concurso público”.

11.8- Forma de adjudicação: Por valor global.

11.9- Critério de julgamento das propostas: Menor Preço Global.

12 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os preços referenciais dos itens do certame foram formados conforme os parâmetros estabelecidos na Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021.

O envio dos pedidos de orçamentos foi feito em 07/07/2025 para 09 empresas. Ao final foram acumulados 04 orçamentos provenientes das empresas consultadas.

O valor médio estimado da contratação é de R\$ 5.676.300,00 (Cinco Milhões Seiscentos e Setenta e Seis Mil e Trezentos Reais).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/12.365.2001.2459/3.3.90.40.12 09.02.00/12.361.2001.2458/3.3.90.40.12	MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Responsável: Rafael Vinicius Turlão

Registro Funcional: 53469

E-mail: seduc.tecnologia@praiagrande.sp.gov.br

Cargo: Diretor do Departamento de Programas de Inclusão Digital





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

RAFAEL VINICIUS TURLÃO
Diretor do Departamento de Programas de Inclusão
Digital

APROVO o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura do procedimento licitatório.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

1º Apêndice do Termo de Referência – Planilha Estimativa

CATSERV 2739					
Item	Descrição:	QUANT.	Valor Médio		
			Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual
1	Manutenção corretiva e preventiva de componentes eletrônicos que compõem os equipamentos de informática da Lousa Digital Interativa.	901	R\$ 525,00	R\$ 473.025,00	R\$ 5.676.300,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 5.676.300,00





2º Apêndice do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA
DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.273/2025**

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de manutenção periódica dos equipamentos já existentes no parque tecnológico da Secretaria de Educação, visando assegurar seu pleno funcionamento e atender às demandas da Rede Municipal de Ensino. A complexidade dos equipamentos requer técnicos capacitados para a realização das manutenções corretivas e preventivas. A contratação de terceiros transfere a responsabilidade da manutenção e do fornecimento de insumos com exigência de alto fluxo de atendimento *onsite*.

A manutenção preventiva e corretiva é considerada como imprescindível, principalmente por otimizar os recursos tecnológicos para que não apresente problemas, fazendo com que aumente a durabilidade dos dispositivos reduzindo custo com possíveis novas aquisições, primando assim, pelo princípio da economicidade.

A rotina de serviços prestados de forma preventiva e corretiva beneficia esta Municipalidade, uma vez que garante que o parque de equipamentos multimídia instalados nas Escolas Municipais se mantenha constantemente atualizado e funcional, gerando diversos benefícios aos docentes da Rede Municipal de Ensino, proporcionando uma maior confiabilidade no manuseio dos equipamentos aumentando assim a qualidade na dinamização de conteúdos ministrados em sala de aula.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Praia Grande, foi devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº7.929/2023 em seu artigo 16, estando publicado e disponibilizado do Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP sob ID nº4 6177531000155-0-000003/2026 em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Critérios de sustentabilidade





Salientamos é dever da contratada observar, entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais; preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

3.2 - Visita técnica

3.2.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor devidamente credenciado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas. A visita deverá ser agendada pelo número de telefone (13) 3496-2370, devendo ser apresentados no dia os seguintes documentos:

- a) Ofício à Prefeitura, com todos os dados da Empresa, indicando o seu Representante;
- b) Cópia do Documento de Identidade do Representante;
- c) Cópia do CNPJ da Empresa.

3.2.2 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.3 - Documentação Técnica: Para fins de homologação a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o julgamento e classificação das propostas, a seguinte documentação:

3.3.1 Atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, no mínimo 25% dos quantitativos da contratação.

3.3.4 A licitante deverá apresentar os seguintes certificados específicos para os seguintes fabricantes:

- Fabricante Smart Technologies;
- Fabricante Hanshin International Limited;
- Fabricante Jeytech Indústria Tecnologia e Inovação.





3.4 Subcontratação

Não será admitida subcontratação do objeto da contratação.

3.5 Condições de Execução

3.5.1 Condições de execução dos serviços

3.5.1.1 Executar os serviços decorrentes desta contratação nas formas e condições determinadas no Termo de Referência e Minuta de Contrato.

3.5.2 Os funcionários deverão estar devidamente identificados com uniforme personalizado e crachá de identificação da empresa. É obrigação da CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) de uso obrigatório, indicados pela legislação trabalhista para os funcionários;

3.5.3 Providenciar as ferramentas e equipamentos para o bom andamento dos serviços, não responsabilizando o Contratante pela guarda destes materiais;

3.5.4 Ser responsável pela instalação e ativação de todos os equipamentos e softwares com suas respectivas licenças de uso, incluindo Sistema Operacional do Módulo Digital. Toda mão de obra necessária aos serviços de instalação dos serviços adquiridos será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.5.5 Ser responsável pela substituição de todo e qualquer componente eletrônico que apresente defeito impossibilitando o uso dos equipamentos, sendo colocado equipamento reserva em caso de necessidade de retirada para manutenção em laboratório.

3.6 Manutenção Preventiva e Corretiva com substituição de componentes eletrônicos nos equipamentos das Lousas Digitais.

3.6.1 A solução consiste em assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva das salas multimídias com atendimento de alto fluxo e emergenciais. Os serviços a serem executados incluem adequação de espaços físicos, correção e substituição de componentes dos equipamentos, que consistem em:

- Módulo Digital;





- Projetor de Imagem;
- Módulo de Áudio;
- Tela Interativa Touch Screen;

3.6.2 A partir da contratação, a Empresa CONTRATADA terá um prazo não superior a 30 (sessenta) dias para iniciar os levantamentos técnicos sobre o funcionamento dos equipamentos da Lousa Digital nas salas existentes no Município. Essa fase de projeto e execução não poderá interferir no andamento de outros serviços contratados, como manutenções preventivas e corretivas. Todas as responsabilidades da CONTRATADA deverão andar em paralelo. A CONTRATADA deverá realizar visita técnica em todas as unidades no período inicial para identificar a funcionalidade dos equipamentos e analisar o que não funciona para que sejam substituídos. Também deverá fazer uma relação dos equipamentos a serem substituídos que não possuem condições de reparo ou estão condenados.

3.6.3 Equipamentos como módulos digitais, projetores de imagem, telas interativas, módulos de áudio com componentes danificados ou que possam ser substituídos serão de responsabilidade da CONTRATADA realizar qualquer tipo de reparo sem custo adicional, o mesmo se aplica a projetores na questão de lâmpadas queimadas. Qualquer adequação de infraestrutura de cabos para atingir perfeição técnica e pleno funcionamento de todos os equipamentos do contrato será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo materiais e mão de obra, sem gerar custo para a CONTRATANTE.

3.6.4 A primeira fase de readequar e realocar peças deverá ser feita em todo o parque existente, estimado em 901 salas, todas com kit completo de equipamentos que compõem a Lousa Digital. A CONTRATANTE terá a obrigação de fornecer apoio logístico nas unidades escolares e a liberação dos espaços para que a CONTRATADA possa realizar os atendimentos sem impedimentos. Qualquer adversidade na execução dos serviços causada pelos prestadores da CONTRATADA, bem como danos ou prejuízos nas salas de aula nesse período de adequações, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Todos os custos relacionados ao andamento da execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6.5 A empresa CONTRATADA deve possuir certificações que comprovem sua capacidade de realizar reparos e adequações no parque existente na Rede Municipal de Ensino, especialmente nas Lousas Integradas Digitais. É condição obrigatória que as empresas participantes sejam





fornecedoras de equipamentos compatíveis com o objeto da licitação e comprovem fornecimento através de atestados de capacidade técnica, demonstrando que vendem e fornecem equipamentos, e não apenas prestam serviços. O objetivo desse serviço é igualar a qualidade e funcionalidade das salas de aula existentes às novas, mantendo o princípio de padronização técnica e estética, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA manter os equipamentos da Lousa Digital das salas de aula prontas para uso, sem causar desconforto aos professores, alunos e equipes técnicas.

3.6.6 A manutenção preventiva e corretiva irá atender todas as 901 salas de aula que possuam Lousas Digitais instaladas. A manutenção corretiva deverá prevenir, preservar e corrigir o não funcionamento em todas as esferas dos equipamentos que compõem o kit da lousa digital nos seguintes equipamentos: Módulo Digital, Projetor de Imagem, módulo de áudio, tela interativa touch screen, além de todos os periféricos relacionados a estes equipamentos em questão. Os serviços incluem preventiva, preservação e corretiva com troca de peças e periféricos.

3.6.7 A CONTRATADA definirá com a CONTRATANTE uma rotina de visita técnica para: limpeza de projetores, limpeza das Lousas Integradas Digitais, passagem de antivírus nos notebooks, configurações diversas a pedido dos professores, e calibração das Lousas Digitais. A empresa CONTRATADA deverá ter uma base operacional num raio de no máximo 80 km da Secretaria Municipal de Educação. Atendimentos de chamados corretivos deverão ocorrer em até 24 horas úteis, com solução para módulo digital e projetor em até 48 horas após a chegada do técnico mediante a retirada dos equipamentos para atendimento em laboratório próprio. As horas úteis são das 08:00 às 18:00 de segunda a sexta, exceto feriados, e os serviços devem ser executados in loco.

3.6.8 O atendimento será feito mediante abertura de chamado por canais que devem ser disponibilizados pela CONTRATADA em comum acordo com a CONTRATANTE, com no mínimo: um e-mail dedicado, um aplicativo sem custos para os gestores, e um canal via mensagem (tipo WhatsApp). Essas ferramentas devem ser comprovadas após o certame na fase de julgamento.

3.6.9 A CONTRATADA deverá contratar, com seus próprios recursos, 05 profissionais da área técnica de informática aptos para atendimento em equipamentos de informática e infraestrutura. A CONTRATADA deverá fornecer condições de trabalho adequadas, incluindo equipamentos,





ferramentas, meios de comunicação, transporte, e os profissionais deverão estar uniformizados e identificados com crachá. Esses profissionais serão fiscalizados em conjunto entre CONTRATADA e CONTRATANTE, e prontos para atender chamados nos prazos e horários estabelecidos pela CONTRATANTE, divididos da seguinte forma: 05 (cinco) técnicos de Informática, no mínimo 2 deverão possuir certificações na área técnica de informática.

3.6.10 Os técnicos de informática da CONTRATADA deverão atender aos direcionamentos de chamados técnicos do gestor do contrato e, seguindo as devidas orientações no dia a dia, executar todos os serviços, adaptações, soluções e demandas relacionadas aos equipamentos em sala de aula.

3.6.11 Os serviços devem ser executados de segunda a sexta-feira, nos horários de funcionamento das Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Infantil e outros prédios da Secretaria Municipal de Educação. O escopo da rotina diária das equipes deverá ser definido entre CONTRATADA e CONTRATANTE, priorizando chamados de urgência para evitar a paralisação de salas de aula. A CONTRATADA deverá manter estoque de insumos e equipamentos em sua base operacional para backup, evitando interrupções no uso dos equipamentos em sala de aula. Quando houver necessidade de retirar módulo digital ou projetor para reparo, o técnico deverá deixar um equipamento equivalente ou superior, funcionando no local. A CONTRATADA deverá provisionar recursos para toda a manutenção, tanto de hardware e software dos equipamentos, quanto da infraestrutura da sala de aula (elétrica, rede e adequação de espaço físico, funcional e estética).

3.6.12 No caso de dano físico **ocasionado por usuários**, os equipamentos serão reparados ou substituídos dentro dos seguintes limites máximos de vida útil:

- Módulo Digital: 25%;
- Projetor: 25%;
- Lousa Digital: 25%;
- Módulo de Áudio: 100%;
- Quadro branco - Quadriline: 50%;
- Cabo VGA ou HDMI: 100%;
- Suporte Projetor: 100%;
- Lousa Integrada 4 Seção com Display de 70 polegadas: 25%.





3.6.13 Nas visitas de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá observar o estado da marcenaria do Quadrilíneo e agendar possíveis trocas da fórmica mediante a necessidade extrema quando estiver dificultando a escrita e leitura devido a manchas e arranhões. Os consertos deverão ocorrer durante o período de férias escolares. Em casos extremos que inutilizem total ou parcialmente o quadro branco, o reparo deverá ocorrer de forma emergencial sendo gerenciado o processo entre CONTRATADA e CONTRATANTE junto a gestão escolar. A substituição não estará coberta em casos de incêndios, furtos e fenômenos naturais.

3.6.14 Ao final de cada visita, deverá ser entregue na unidade atendida uma ordem de serviço com os serviços realizados, nome do técnico, data e hora da abertura, início e finalização do atendimento, problema relatado, encontrado e solucionado. Se houver retirada de equipamento, o técnico deverá preencher uma ficha de retirada com marca, modelo, número de série, patrimônio e acessórios, relatando danos físicos aparentes. Uma cópia da ficha ficará com o responsável da unidade e outra com o técnico, ambas com nomes completos e assinaturas. A responsabilidade do equipamento passa a ser totalmente da CONTRATADA a partir de sua saída da unidade. Na devolução, o técnico preencherá uma ficha de entrega com marca, modelo, número de série, patrimônio e acessórios. Uma cópia ficará com o responsável da unidade e outra com o técnico, ambas com nomes e assinaturas. A ficha de entrega deve ser confrontada com a de retirada, e divergências devem ser informadas para o responsável da unidade.

3.6.15 A unidade que abriu o chamado tem a responsabilidade de proporcionar condições e acompanhamento para o atendimento (abertura de portões, portas, etc.) e para que o técnico possa realizar testes, trocas e/ou retiradas. Em casos que exijam a retirada de alunos da sala, a realização deverá ser acordada com o responsável da unidade. Se a realocação não for possível, o responsável deverá informar o período em que a sala estará disponível. Casos que comprometam a integridade física de alunos e/ou funcionários serão tratados como emergenciais, com o risco explicitado no chamado.

3.6.16 Deverão ser realizadas manutenções preventivas diárias mediante a um cronograma elaborado pela CONTRATANTE, abrangendo todos os equipamentos, com limpeza técnica, reparos e atualizações. No início de cada mês, a CONTRATADA enviará um relatório com todos os chamados do mês anterior, contendo os serviços realizados, nome do técnico, datas e horas do atendimento e os problemas relatados. Com esses dados, serão gerados gráficos sobre tipo de





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

equipamento, origem do problema (mau uso, defeito de fabricação, desgaste natural), e chamados improdutivos x produtivos.

3.6.17 A CONTRATADA arcará com todas as despesas diretas e indiretas da mão de obra necessária para as adequações. Todos os componentes (fios, cabos, suportes e outros materiais), bem como a movimentação, adequação, conserto e substituição de equipamentos, componentes, incluindo transportes, ficarão a cargo da CONTRATADA.

	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
1	E.M. 19 DE JANEIRO	Rua Flávio Monteiro de Castro, nº 500	Ribeirópolis
2	E.M. ALBERT EINSTEIN	Avenida Lasar Segal, s/nº, Esq. Rua D. Pedro I	Samambaia
3	E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	Rua Limeira, nº 69	Boqueirão
4	E.M. ANTÔNIO PERES FERREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1.077	Vila Sônia
5	E.M. ANTÔNIO RUBENS C. DE LARA	Rua Ana Pereira França, nº 249	Bal. Esmeralda
6	E.M. ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	Rua Odair Penellas Baeta s/nº	Jardim Princesa
7	E.M. ARY CABRAL	Rua Manoel Sampaio Seabra Pereira, s/nº	Jardim Quietude
8	E.M. CARLOS EDUARDO C. CASTRO	Rua Ildefonso Galeano, nº 126	Vila Tupiry
9	E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	Rua Duque de Caxias, nº 999	Boqueirão
10	E.M. CIDADE DA CRIANÇA	Rua Rubi, nº 600	Cidade das Crianças
11	E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	Rua Mem de Sá, nº 01	Aviação
12	E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	Rua Esmeraldo Soares Tarquínio, nº 501	Ribeirópolis
13	E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	Rua Maria Luiza Lavalley, nº 150	Sítio do Campo
14	E.M. DR. ROBERTO SHOJI	Rua Ildefonso Galeano, nº 100	Vila Tupiry
15	E.M. DR. WILSON GUEDES	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, nº 195	Samambaia
16	E.M. DRª. ANA MARIA BABETTE B. F.	Av. Presidente Kennedy, nº 17.100	Jardim Real
17	E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	Rua Luzia Borba Ranciaro, nº 246	Vila Antártica
18	E.M. EDUARDO G. DO BARREIRO	Rua Milena Perutich, s/nº	Jardim Melvi
19	E.M. ENGº. SÉRGIO DIAS DE FREITAS	Rua Turmalina, nº 25	Cidade das Crianças
20	E.M. ESTADO DO AMAZONAS	Av. Maria Cavalcanti da Silva, nº 431	Samambaia
21	E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	Rua Xixová, nº 1.100	Canto do Forte
22	E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	Rua Monteiro Lobato, s/nº, Esq. Presidente Kennedy	Cidade Ocian
23	E.M. FUEDER TEMER	Rua Leme, esq. c/ Rua Botafogo, nº 27	Vila Guilhermina
24	E.M. GOV. FRANCO MONTORO	Rua Paulino Borrelli, nº 1.000	Balneário Maracanã
25	E.M. GOV. MÁRIO COVAS	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, nº 1.000	Nova Mirim
26	E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	Rua 1º de janeiro, nº 1221	Vila Mirim
27	E.M. GREGÓRIO FRANÇA DE SIQUEIRA	Av. Vitor Meireles, nº 2.000	Parque das Américas
28	E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	Rua das Rosedas, s/nº	Samambaia
29	E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	Rua Pernambuco, 865	Boqueirão
30	E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1171	Vila Sônia
31	E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	Rua Paulo Setúbal, nº 80	Balneário Esmeralda
32	E.M. JOÃO GONÇALVES	Rua Frei Henrique de Coimbra, nº 02	Aviação
33	E.M. JOAQUIM AUGUSTO F. MOURÃO	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.000	Jardim Melvi
34	E.M. JOSÉ CREGO PAINCEIRA	Av. Presidente Kennedy, nº 13.499	Vila Caiçara
35	E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	Rua Comendador Luiz Caiaffa, nº 98	Sítio do Campo
36	E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	Rua Bororós, nº 150	Vila Tupi
37	E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	Rua A, nº 331	Jardim Glória
38	E.M. JULIANA ARIAS R. DE OLIVEIRA	Rua Ildefonso Galeano, nº 150	Vila Tupiry

3.7 Relação de Endereços





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

39	E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	Rua Gaspar Lemos, nº 100	Aviação
40	E.M. LEOPOLDO E. VANDERLINDE	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, s/nº	Nova Mirim
41	E.M. LIONS CLUBE OCIAN	Rua Teófila Vanderlinde, nº 933	Cidade Ocian
42	E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	Rua Engenheiro Antônio Lotuffo, nº 839	Sítio do Campo
43	E.M. MAESTRO LUIZ ARRUDA PAES	Rua Quatro, nº 921	Nova Mirim
44	E.M. MAHATMA GANDHI	Rua Dr. Antonio Sylvio Cunha Bueno s/nº	Jardim Melvi
45	E.M. MANOEL NASCIMENTO JÚNIOR	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
46	E.M. MARIA DOS REMÉDIOS C. MILAN	Rua Manoel Gonzalez Corujo, nº 57	Jardim Melvi
47	E.M. MÁRIO POSSANI	Rua Dr. Samuel Augusto Leão M., nº 451	Vila Caiçara
48	E.M. NATALE DE LUCCA	Rua Rui Manoel S. Seabra P., nº 476	Jardim Quietude
49	E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	Rua Antônio Cândido da Silva, nº 450	Vila Sônia
50	E.M. NICOLAU PAAL	Rua Alfredo D'Scragnolli Taunay, nº 41	Ribeirópolis
51	E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	Rua Josefa Alves de Siqueira, nº 552	Jardim Anhanguera
52	E.M. OSWALDO JUSTO	Rua Primeiro de Janeiro, nº 987	Vila Mirim
53	E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	Rua Alfredo Niederbichler, nº 243	Jardim Anhanguera
54	E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	Rua 10, nº 91	Balneário Esmeralda
55	E.M. PAULO SHIGUEO YAMAUTI	Rua Oscar de Menezes Barbosa, nº 151	Jardim Anhanguera
56	E.M. PROFª MARIA DE LOURDES S.	Rua Vitor Meirelles, nº 1875	Esmeralda
57	E.M. PROFª. ELZA OLIVEIRA DE C.	Rua C, nº 1.039	Jardim Glória
58	E.M. PROFª. ESMERALDA D. S. NOVAES	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
59	E.M. PROFª. ISABEL FIGUEROA B.	Rua João Ramalho, nº 1.250	Aviação
60	E.M. PROFª. MARIA CLOTILDE L. C. RIGO	Rua 10, nº 141	Balneário Esmeralda
61	E.M. PROFª. MARIA NILZA DA S. R.	Rua do Maçon, nº 1.000	Vila Sônia
62	E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	Av. Fumio Myiazi, nº 81	Jardim Guilhermina
63	E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS S.	Av. Oliveira Lima, nº 971	Ribeirópolis
64	E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	Rua Quito, nº 81	Jardim Guilhermina
65	E.M. RONALDO S. A. LAMEIRA RAMOS	Av. Irmãos Adorno, s/nº	Sítio do Campo
66	E.M. RUTH VILAÇA C. L. CARDOSO	Rua Maria Borella Conte, esq. c/ Av. João André Quintale	Balneário Maracanã
67	E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Cornélio Procópio, nº 300	Boqueirão
68	E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
69	E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	Rua Paulino Borrelli, nº 921	Balneário Maracanã
70	E.M. THEREZA MAGRI	Rua Leonora Cembrolí Martins, nº 280	Vila Antártica
71	E.M. VALTER SALERNO	Av. Dom Pedro II, nº 828	Cidade Ocian
72	E.M. VER. ISaura CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/n	Sítio do Campo
73	E.M. VER. FELIPE AVELINO MORAES	Rua Dino Tognini, nº 886	Caiçara
74	E.M. VILA MIRIM	Rua 23 de Outubro, nº 116	Vila Mirim
75	E.M. VILA TUPIRY	Rua Itamacas, nº 70	Vila Tupi
76	E.M. VISCONDE DE MAUÁ	Av. Oliveira Lima, nº 972	Ribeirópolis

3.8 Relação de Equipamentos:

3.8.1 Descritivo Técnico dos Equipamentos

3.8.1.1 Lousa Quadriline Retilínea com 02 ou 03 Módulos

Lousa modular com painel lateral retrátil e nicho que é utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas, com superfície de trabalho constituído em laminado plástico branco que auxilia o nivelamento da escrita e permite distribuição escalar no uso de desenhos gráficos, facilitando o trabalho e a visualização do espectador.





3.8.1.1.1 Dimensões: A Lousa modular infantil possui 1,37 metros de altura mínima x 4,90 metros de largura máxima e profundidade de 30 centímetros nas extremidades, sendo 18 cm em sua parte central. Dividida em 02 módulos: Os módulos são retos com distância focal de 2000 mm.

3.8.1.1.2 Material: Chassi estruturado em perfis tubulares com 20 x 20 milímetros de seção e espessura de paredes 1,5 milímetro: proteção oxidação de todas as partes metálicas por sistema ecológico a base de ácido fosfórico e deposição de camada superficial de fosfato de zinco. Revestimento protetivo e acabamento executado por aplicação de pigmentos à base de resinas epoxídicas, fornecidas em dois componentes, tendo como características básicas: alta resistência química, dureza, brilho e poder de abrasão, com película vitrificada não tóxica com posterior catalisação em estufa.

3.8.1.1.3 Revestimento da estrutura tubular: Construído em MDF, madeira ecológica vindo de fontes renováveis, isenta de deterioração por fungos e/ou insetos xilófagos, espessura de 15 milímetros, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft fixadas por cola fenólica.

3.8.1.1.4 Superfície de trabalho: Está configurada por uma base de apoio executada em MDF, madeira ecológica oriunda de fontes renováveis isenta de deterioração por fungos e ou insetos xilófagos, espessura de 6 milímetros oriundas de reflorestamento ou áreas de manejo sustentável, superfície de trabalho revestida acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros na cor branca quadriculado.

3.8.1.1.5 Colunas Laterais: Está configurada por uma base de apoio estruturada em Cambota boleada de forma que contribua evitando acidentes em partes pontiagudas. Ser executada em compensado flexível de madeira multi-laminada, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros, medido 1370 mm de altura, 300 mm de profundidade e 250mm de largura.

3.8.1.1.6 Fixação: São grapas fabricada em chapas de aço carbono dotadas de dobras executadas a frio que servem a função de fixação do móvel, feita por meio de parafusos AATT com e 50 milímetros de comprimento x 8 milímetros de diâmetro em buchas de poliamida 6.6 com dimensões de 10 milímetros de diâmetro e 50 milímetros de extensão, dotadas de garras específicas para alvenaria.

3.8.1.1.7 Módulo Integração Lateral Retrátil: Painel Lateral retrátil e nicho que poderá ser utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas. Possui chassi estruturado em perfis tubulares com 20 x 20 milímetros de seção de espessura de paredes 1,5 milímetros; proteção contra oxidação de todas as partes metálicas através de sistema ecológico a base de ácido fosfórico e deposição de camada superficial de fosfato. Está configurada um revestimento por uma base de apoio executada em MDF, madeira ecológica vindo de fontes renováveis isenta de deterioração por fungos e ou insetos xilófagos, espessura de 06 milímetros oriundas de





reflorestamento ou áreas de manejo sustentável, superfície de trabalho revestida acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft, fixadas por cola fenólica, sendo a folha superior em cores com acabamento em resina, coladas em prensa de alta pressão e alta temperatura na espessura de 0,8 milímetros na cor branca quadriculado.

Para que em sua abertura deslize sob trilho de alumínio anodizado em forma U sob roldanas truncadas com rolamentos de superfície em ABS, fazendo com que revele na sua abertura o nicho que poderá ser utilizado para projeção e/ou para integração de tecnologias interativas. Não possuir relevos em sua emenda com outros módulos em uma das partes. O módulo central deverá possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino).

3.8.1.1.8 Porta Pincel/Apagador: Construído em MDF calandrado, com 580mm de largura X 150mm de altura X 95mm de profundidade em madeira ecológica vindo de fontes renováveis, isenta de deterioração por fungos e/ou xilófagos, espessura de 8 milímetros, acabamento em laminado fenol-melaminico composto por 08 folhas de papel Kraft fixadas por cola fenólica.

3.8.1.1.9 Sistema de Áudio: O sistema de áudio da Lousa Retilínea contém 02 auto falantes triaxial de 300 watts instalados integrados na moldura superior e 01 amplificador compacto com técnica moderna de circuito eletrônico que obtém alta qualidade na reprodução de sinais em toda faixa de frequência de áudio fornecendo de 100 watts RMS de potência, a carga de saída poderá ser substituída por associações série paralela ou mista de que seus valores equivalentes sejam maiores ou iguais a 4 watts o amplificador possui resposta plana e apresenta excelente desempenho.

- O amplificador contém:
 - Controle de volume máster;
 - Volume microfone individual;
 - Botão liga e desliga;
 - Saída para microfone;
 - Led on verde quando aceso indica que o amplificador está ligado;
 - Led off vermelho quando aceso indica a presença de sobrecarga (impedância menor a especificada ou curto na saída) e a proteção é acionada;
 - Controle na tonalidade de agudos;
 - Controle na tonalidade de medios;
 - Controle na tonalidade de graves. A alimentação do amplificador é feita através de corrente alternada 110/127 ou 220 VAC com uma chave de seleção em sua parte traseira, o amplificador possui fusível de proteção que romperá em caso de alimentação inadequada.

3.8.2 Lousa Digital Touch Screen

3.8.2.1 Possui no mínimo 60 e 70 polegadas no máximo com pacote de software. Superfície fosca e permitir o uso de canetas de qualquer marca, com tinta para quadro branco. Acessibilidade: Não





deve possuir caneta proprietária ou qualquer outro dispositivo eletrônico, impossibilitando o seu uso por portadores de necessidades especiais físicas.

3.8.2.2 Possibilita escrever com o dedo, cotovelo ou qualquer outro objeto ou parte do corpo não necessitando de canetas especiais as quais fazem obrigatoriamente o uso de dedos excluindo os portadores de deficiência no uso do recurso. Funciona nas plataformas Windows (incluindo Windows da versão 7 a 10 MAC OS. A tela permite a conexão sem fio sendo esta opcional. Por motivo de segurança, a alimentação elétrica é obrigatoriamente obtida através de um cabo USB nativo conectado ao computador. O peso da tela interativa é de no máximo 18 Kg fato que uma pessoa sozinha possa remover ou transportar sem dificuldades e transtornos.

3.8.2.3 A resolução da superfície de contato é no mínimo 12800 x 9600 pontos.

3.8.2.4 Aceita 4 toques simultâneos, permitindo que 4 pessoas escrevam ao mesmo tempo. Além disso, deve suportar reconhecimento de gestos com múltiplos toques, tais como zoom na página aumentar, rotacionar e agrupar objetos.

3.8.2.5 A superfície do quadro é de aço cerâmico, de altíssima durabilidade, e resistente a danos.

3.8.2.6 O tempo de resposta ao toque está entre 6 ms e 12 ms.

3.8.2.7 Precisão do toque do dedo é de 1 mm.

3.8.2.8 Tecnologia de digitalização de Infravermelho.

3.8.3 Módulo de Processamento Digital

3.8.3.1 MOTHERBOARD: Socket LGA 1150; suporte a memórias DDR3 de 1066 e 1333MHZ com 2 slots no mínimo; suporte a 8GB de memória em dual channel; Padrão micro ATX ou ITX; Capacitores sólidos, pelo menos na área do processador; Vídeo ONBOARD de 128MB; 04 portas USB traseira; Controladora de rede integrada 10/100/1000 Mbits/s; Controlador de áudio integrado de alta definição estéreo. Conectores externos para microfone. Entrada estéreo e saída estéreo amplificada; conector padrão RJ45; Chipset deve ser do mesmo fabricante do processador Controladora SATA para pelo menos 4 periféricos Placa de rede Wireless Padrão 802.11 b/g/n, Conectores VGA e HDMI.

3.8.3.2 MEMÓRIA: 4 GB memória DDR3 1333 MHZ

3.8.3.3 DISCO RÍGIDO: Unidade interna: Capacidade formatada de aproximadamente 500 GB Cache de 16MB 7200 RPM Interface padrão SATA de 3.0gb/s;

3.8.3.4 UNIDADE DE DVD: Unidade interna: Dual Layer Interface padrão SATA Função de leitura e gravação de DVD

3.8.3.5 PROCESSADOR: Conjunto de instruções 64-bit; Pinagem LGA 1150; Cooler e dissipador do mesmo fabricante: Frequência de operação (clock): 3,2 GHZ; possui 2 núcleos físicos; simula um núcleo de processamento extra em cada núcleo "físico"; Sistema operacional reconhece como tendo quatro núcleos; Cache: 3 MB Controlador de memória integrado: Suporta memórias DDR3 de 1.066 MHz ou 1.333 MHz na configuração de dois canais. Suporte a uso simultâneo de 2 monitores.

3.8.3.6 GABINETE: Fabricado em aço galvanizado inclui fonte de alimentação, possui micro ventilador de 80mm, Dimensões (mm): 95(A)X280(L)X380(P), 1 baia externa de 5.25", 1 baia de





3.5" interna ou 1 baia de 2.5 interna (opcional), 4 slots de expansão, Possibilitar Instalação de Placa mãe: Micro ATX e ITX, Portas I/O: 2 portas USB + Áudio Frontal, Cor predominante: Preta;

3.8.3.7 TECLADO: Padrão ABNT2, com ajuste de inclinação, Interface USB Padrão de cor de acordo com o gabinete

3.8.3.8 MOUSE: Óptico, interface USB, resolução mínima de 400DPI, 2 botões de seleção e botão de rolagem scroll Padrão de cor de acordo com o gabinete;

3.8.4 Projetor de Imagem

- Resolução XGA;
- Tecnologia: 3LCD;
- Contraste: 10000:1
- Luminosidade: 3000 Lúmens;
- Lâmpada: Tipo 200W UHE, vida útil 5000 H (modo normal) 10000 h (modo econômico);
- Aspecto Nativo: 4:3;
- Lente: Sem Zoom óptico / índice de Projeção / Throw Ratio: 1,48 – 1,77;
- Distância de projeção: 0,89 – 9,12m;
- Tamanho da imagem: 30" – 300";
- Distância focal: 16.9 a 20.28 mm;
- Foco: Manual;
- Zoom: 1-1.2;
- Conexões: Entrada: HDMI x 1; Computador: VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1 ; S- Vídeo: Mini DIN x 1; Vídeo Composto: RCA (amarelo) x1; USB Tipo A x 1 (Memoria USB, Wi-fi); USB Tipo B x 1 (USB Display, Mouse, Controle) ; Audio: RCA x 2 (vermelho/branco); RJ45 x 1; saída: VGA (Mini D- sub 15 pin) x 1 – Monitor Out; Áudio (Estéreo Mini Jack) x1;
- Voltagem: bi volt;
- Alto falante interno: 5W;
- Ruído: 37 Db (modo Normal) 29 Db (modo Eco);
- Acompanha: Cabo de alimentação, cabo VGA, Controle remoto, CD de documentação, CD com software do projetor;
- Peso máximo 2,6Kg.

3.8.5 Módulo de Áudio (Integrado)

3.8.5.1 Sistema de Áudio: O sistema de áudio da Lousa Retilínea contém 02 auto falantes triaxial de 300 watts instalados integrados na moldura superior e 01 amplificador compacto com técnica moderna de circuito eletrônico que obtém alta qualidade na reprodução de sinais em toda faixa de frequência de áudio fornecendo de 100 watts RMS de potência, a carga de saída poderá ser substituída por associações série paralela ou mista de que seus valores equivalentes sejam maiores ou iguais a 4 watts o amplificador possui resposta plana e apresenta excelente desempenho.





O amplificador contém:

- Controle de volume máster;
- Volume microfone individual;
- Botão liga e desliga;
- Saída para microfone;
- Led on verde quando aceso indica que o amplificador está ligado;
- Led off vermelho quando aceso indica a presença de sobrecarga (impedância menor a especificada ou curto na saída) e a proteção é acionada;
- Controle na tonalidade de agudos;
- Controle na tonalidade de medios;
- Controle na tonalidade de graves. A alimentação do amplificador é feita através de corrente alternada 110/127 ou 220 VAC com uma chave de seleção em sua parte traseira, o amplificador possui fusível de proteção que romperá em caso de alimentação inadequada.

3.8.6 Lousa Integrada 4 Seções Display Interativo de 70 polegadas

3.8.6.1 Lousa Integrada

3.8.6.1.1 A Lousa digital integrada é uma solução técnica com projeto construtivo unificado, preservando as práticas pedagógicas tradicionais e digitais, garantindo ao professor a alternância entre as aplicações convencionais e digitais sem que uma interponha a outra.

3.8.6.1.2 A Lousa digital integrada deverá permitir que o conteúdo pedagógico receba as intervenções do professor que obrigatoriamente deverá realizar a gravação através do software de gestão de aula digital proprietário e não através de software de terceiros.

3.8.6.1.3 A tecnologia da Lousa digital deverá ser totalmente integrada permitindo ao professor interagir na área de escrita tradicional com pincel marcador para quadro branco e na área da superfície digital touchscreen usando aplicativo de palheta interativa com canetas, pinceis de cores diversas e borrachas de diversos tamanhos, interagindo com o “toque do dedo” com no mínimo 02 toques simultâneos.

3.8.6.1.4 A Lousa digital integrada deverá possuir a resolução 16:9 wide para que o conteúdo digital seja reproduzido sem distorções e trazer a ergonomia necessária para o uso tanto do professor quanto do aluno. Deverá conter superfície frontal deslizante branco quadriculado permitindo a escrita tradicional e simultaneamente o acesso à tecnologia digital touchscreen, para que o professor tenha a livre escolha do recurso didático.

3.8.6.1.5 A tecnologia da Lousa digital integrada ao display, deverá possibilitar a potencialização da fixação do conteúdo digital e tradicional sem que haja a perda da interatividade do professor permitindo trabalhar múltiplas formas pedagógicas digitais e tradicionais.

3.8.6.1.6 O software de gestão de aula digital deverá permitir a utilização de diversas técnicas educacionais, salvando os comentários específicos nas páginas das aulas produzidas,





possibilitando o enriquecimento do conteúdo pedagógico não limitando através da atuação do professor, deverá permitir compartilhamento por software ou aplicativo que possibilita anexar arquivos.

3.8.6.2 Dimensões e Aspectos dos Planos de Escrita tradicional e Digital Interativo: A lousa digital integrada deverá possuir altura mínima de 1,15 e máxima de 1,31 metros, largura total mínima de 4,75 e máxima de 4,90 metros e profundidade mínima de 0,25 e máxima de 0,30 metros. Deverá ser modulada em três seções; sendo uma seção com superfície de escrita tradicional branco diagramado com marcação 50mmX50mm fixa, uma seção com superfície de escrita tradicional branco diagramado com marcação 50mmX50mm deslizando e revelando a seção interativa, composta por uma superfície display em tecnologia LED interativa digital touchscreen, com geração de imagens, protegida por material transparente e resistente a impactos de alta segurança e possuir aspecto de projeção wide mínimo 16:9.

3.8.6.3 Material Construtivo das Sessões: O produto deverá possuir seções modulares em estrutura com perfil tubular com 20x20 milímetros de seção transversal quadrada e espessura de paredes 0,9 milímetro, soldado por técnica MIG. Toda estrutura metálica deverá receber acabamento de pintura com resinas a base de polímeros a seco na cor cinza médio, com tecnologia de pintura eletrostática, com posterior catalisação em forno a quente. A espessura final da camada de pintura não deverá ser inferior a 50 microns. Este procedimento de pintura deverá possuir certificação através de laboratório acreditado pela CGCRE de acordo com a norma da ABNT NBR ISO/IEC 17025 - Certificação em Teste de Corrosão por Exposição à Névoa Salina, com 1000 horas de duração e com grau de enferrujamento 10 conforme ASTM D610 e F0 de acordo com NBR ISO 4628-3. A estrutura deverá possuir sistema deslizante contendo trilho suspenso U e trilho guia T, e possuir sistema de segurança com fechadura (tipo pino).

3.8.6.4 Superfície das Sessões Plano de Escrita tradicional: Sua superfície de escrita deverá ser fabricada por laminado Estrutural - HPL (High Pressure Laminate) na cor branco, diagramado, com a impregnação de filme overlay em melamina especial para uso de canetas marcadores em quadro branco em sua face de escrita e branco liso na sua contra face com espessura total de 2 mm, com impregnação de materiais celulósicos com resinas termoestáveis, formando um único material prensado por meio de calor e alta pressão, anti chamas garantindo a segurança.

Este laminado Estrutural deverá possuir certificação de acordo com norma técnica ISO 4586-1/2 de resistência a desgaste superior a 1000 ciclos, NBR ISO 4586 - 1/2 resistência a manchas HD 4 e 5, ISO 4586 – 1/2 Resistência à Alta Temperatura do acabamento superior a 4, NEMA – LD-3 superior a 25 ciclos, ISO 4586 –1/2 Resistência à Luz de Xenônio padrão LAN 6.

3.8.6.5 Superfície de Escrita Digital touchscreen

3.8.6.5.1 A superfície da seção touchscreen deverá ser fabricado com superfície de toque em material cristalino de espessura mínima de 6 milímetros, material resistente, garantindo que não





haja riscos aos usuários em caso de quebra, trinco e ao produto durante o uso ou em caso de acidente.

3.8.6.5.2 O equipamento deve ser responsável pela reprodução de imagens a partir do próprio display, sem a necessidade de projeção ou monitor adicional, com resolução mínima de 1920 x 1080 pixels e proporcionar a interação digital, ao toque do dedo ou por caneta tipo bastão de ponta plástica.

3.8.6.5.3 Deverá possuir aspecto de imagem wide 16:9 de no mínimo 68 polegadas e máximo 70 polegadas.

3.8.6.5.4 A superfície digital deve ser sensível ao toque do dedo, não dependendo de nenhum dispositivo especial ou proprietário para a interação e operação. Aceitar no mínimo 2 toques simultâneos, permitindo que 2 pessoas escrevam ao mesmo tempo, suporta o reconhecimento de gestos com múltiplos toques, tais como zoom na página, aumentar, rotacionar e agrupar objetos.

3.8.6.5.5 Deverá ser de baixo consumo de energia, dotada de tecnologia de reprodução de imagem LED, resolução desejável ULTRA HD 4K. A tela digital touchscreen deve possuir sistema compatível com reprodução online, e espelhamento com dispositivos iOS e Android.

3.8.6.5.6 A conexão de dados e toque com o computador deverá ser feita através de cabo USB 2.0 e vídeo através de conexão HDMI.

3.8.6.5.7 O consumo elétrico do quadro deve ser menor que 500mA. A resolução de toque deve ser 32768 x 32768 pontos.

3.8.6.5.8 O tempo de resposta ao toque deve ser entre 6 ms. A precisão do toque do dedo é de 1 mm.

3.8.6.5.9 O software gestor da superfície digital deve ser fornecido no idioma Português do Brasil, com o número de licenças ilimitado, permitindo instalar em quantos PCs forem necessários. Os arquivos gerados pelo software da superfície digital - Lousa Interativa, deve permitir a gravação dos mesmos nos formatos: PDF, PPTX, XLSX, JPG, JPEG, BMP, PNG, HTML, DOCX, SVG, IWB.

3.8.6.6 Molduras e Acabamentos: Deverá possuir seção longitudinal estruturada em cambota boleada de forma curva acentuada proporcionando segurança contra acidentes e não obter partes pontiagudas, fabricada com material seguro e flexível e revestida na cor cinza médio conforme o produto.

3.9 Cronograma de execução dos serviços

PLANEJAMENTO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
--------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

Definições e Planejamento Logístico														
Coleta inicial de informações														
Análise de Hardware e Software														
Análise de Infraestrutura														
Definições das Ações Corretivas														
Ações Corretivas Organizadas														
Ações de Demandas Emergenciais														
Ações Preventivas Organizadas														
Documentação de Serviços Executados														

- **Definição e planejamento logístico:** etapa base de planejamento envolvendo o cenário atual dos equipamentos;
- **Coleta inicial de informações:** etapa de reunir os dados relevantes sobre cada Unidade Escolar e seus respectivos equipamentos;
- **Análise de hardware e software:** etapa que consiste em avaliar o estado atual dos equipamentos, identificando obsolescências e necessidade de atualizações ou substituições;
- **Análise de infraestrutura:** etapa que consiste em avaliar o ambiente estruturada física e lógica das operações;
- **Definições das ações corretivas:** etapas planejadas para resolver os problemas existentes e levantados em fase inicial do projeto;
- **Ações corretivas organizadas:** etapa da execução do atendimento sanando os problemas solicitado;
- **Ações de demandas emergenciais:** consiste em intervenções rápidas e prioritárias a fim de resolver problemas críticos;
- **Ações preventivas organizadas:** atividades programadas periodicamente para evitar que problemas futuros ocorram;
- **Documentação de Serviços executados:** é o registro detalhado dos atendimentos e retiradas.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades projetadas foram cuidadosamente determinadas com base na infraestrutura existente em cada unidade escolar, onde foram distribuídos um total de 901 kits de equipamentos, cada um contendo um Pannel Quadriline de fundo branco para escrita, Lousa Digital Touch Screen, Módulo Digital, Módulo de Áudio e Projetor de Imagem. Essa distribuição garantiu que todas as salas de aula e espaços equipados receberam o material necessário para modernização e fazem parte do objeto deste projeto.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, não sendo observadas melhores alternativas para a execução do objeto. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem executados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

A utilização do sistema de contrato visa obter a continuidade do projeto, onde os serviços objeto deste certame são caracterizados como comuns, tendo em vista que são de “padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado”. Além disto, o pregão favorece a ampla divulgação e concorrência entre os fornecedores interessados, além de possibilitar a participação de diversas empresas e cooperativas (desde que atendam às exigências descritas no edital), em busca da proposta mais vantajosa para a Administração, resultando em maior economicidade e competitividade ao certame.

A comparação entre contratação de serviços e aquisição de equipamentos de informática não deve se limitar ao custo inicial, pois envolvem serviços e benefícios distintos.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços referenciais dos itens do certame foram formados conforme os parâmetros estabelecidos na Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021.

O envio dos pedidos de orçamentos foi feito em 07/07/2025 para 09 empresas. Ao final foram acumulados 04 orçamentos provenientes das empresas consultadas.

O valor médio estimado da contratação é de R\$ 5.676.300,00 (Cinco Milhões Seiscentos e Setenta e Seis Mil e Trezentos Reais), sendo os valores estimados, por item e mensal, recebidos pelas empresas contactadas os que seguem abaixo:

CATSER 2739					
Item	Descrição:	QUANT.	Valor Médio		
			Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual
1	Manutenção corretiva e preventiva de componentes eletrônicos que compõem os equipamentos de informática da Lousa Digital Interativa.	901	R\$ 525,00	R\$ 473.025,00	R\$ 5.676.300,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 5.676.300,00





7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade Pregão no formato eletrônico.

Conforme avaliação e planejamento pelos estudos preliminares, destaca-se como alternativa mais vantajosa, viável e adequada para atender às demandas do projeto, considerando o tipo e o volume de trabalho necessários, bem como os equipamentos e periféricos que integram a solução. Um dos principais desafios observados é a morosidade nos processos de aquisição de insumos para manutenção de equipamentos fora do período de garantia e obsoletos pelo constante avanço das tecnologias atuais, o que frequentemente resulta na paralisação das atividades. Nesse contexto, a implementação da contratação proposta alinha-se diretamente aos interesses desta Secretaria, garantindo a continuidade e a plena operacionalidade do projeto.

O objetivo principal desta solução prevê a contratação de uma empresa especializada que assumirá integralmente a responsabilidade por serviços essenciais, incluindo manutenção corretiva e preventiva, substituição de componentes eletrônicos, licenciamento dos softwares operacionais e demais atividades descritas no Termo de Referência. Essa abordagem assegura a funcionalidade contínua dos equipamentos e periféricos, eliminando interrupções no cotidiano escolar decorrentes de falhas de hardware, software ou desgaste natural dos bens.

É importante ressaltar que todos os custos relacionados à mão de obra, reposição de peças, periféricos e componentes serão de exclusiva responsabilidade da contratada, conforme estipulado no contrato. Essa condição representa uma vantagem significativa, pois ameniza riscos financeiros e operacionais para a Municipalidade, garantindo a usabilidade contínua da solução educacional e o suporte técnico necessário para o bom desempenho das atividades pedagógicas.

Além disso, fortalece a qualidade do ensino ao promover a utilização eficiente dos recursos tecnológicos. Assim, a adoção dessa solução não apenas resolve os desafios logísticos e técnicos identificados, mas também reforça o compromisso desta Secretaria com a excelência na gestão e na execução do projeto educacional, assegurando benefícios de curto e longo prazo para toda a comunidade escolar.

Deve-se observar os princípios da **legalidade, economicidade, eficiência e transparência**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e na Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que orienta a gestão de bens e serviços tecnológicos.

7.1 Análise Comparativa

A comparação abrange seis critérios fundamentais para a avaliação das modalidades de aquisição e serviço de manutenção de equipamentos tecnológicos:

7.1.1 Investimento Inicial





- **Aquisição:** Exige elevado dispêndio financeiro inicial para compra de equipamentos de ponta, impactando o orçamento público e demandando planejamento orçamentário robusto.
- **Serviço de Manutenção:** Apresenta menor custo inicial, com pagamento de mensalidades, possibilitando acesso a equipamentos modernos sem comprometer significativamente os recursos financeiros disponíveis. Inclui suporte técnico especializado, garantindo eficiência operacional.
- **Consideração:** Prestação de serviço de manutenção é mais vantajosa para órgãos com restrições orçamentárias, alinhando-se ao princípio da economicidade.

7.1.2 Custo de Depreciação

- **Aquisição:** Equipamentos adquiridos sofrem depreciação ao longo do tempo, influenciada por fatores como obsolescência tecnológica e tendências de mercado. A revenda, quando aplicável, resulta em recuperação parcial do investimento.
- **Serviço de Manutenção:** Não há impacto da depreciação para o órgão público, pois os equipamentos permanecem como propriedade do locador, que assume a responsabilidade por atualizações ou substituições, conforme estipulado em contrato.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção elimina riscos financeiros associados à depreciação, favorecendo a sustentabilidade orçamentária.

7.1.3 Custos de Manutenção

- **Aquisição:** A manutenção de equipamentos adquiridos é de responsabilidade do órgão público, demandando equipe técnica capacitada e insumos, além de potenciais impactos na continuidade dos serviços em caso de falhas.
- **Serviço de Manutenção:** A manutenção é responsabilidade do locador, conforme definido no Acordo de Nível de Serviço (SLA), reduzindo custos operacionais e liberando a equipe interna para atividades estratégicas.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção reduz custos e encargos administrativos, promovendo maior eficiência na gestão pública.

7.1.4 Tempo até a Disponibilidade

- **Aquisição:** O processo de compra, transporte e instalação pode ser demorado, especialmente considerando os trâmites licitatórios exigidos pela legislação.





- **Serviço de Manutenção:** Fornecedores especializados garantem maior agilidade na entrega e instalação, minimizando o tempo de espera e otimizando a implementação de soluções tecnológicas.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção atende com maior celeridade às demandas operacionais, alinhando-se ao princípio da eficiência.

7.1.4 Recuperação de Investimento

- **Aquisição:** Permite a possibilidade de revenda dos equipamentos, embora com perdas significativas devido à depreciação e à obsolescência tecnológica.
- **Serviço de Manutenção:** Não oferece recuperação de investimento, pois os equipamentos são devolvidos ao locador ao final do contrato. Contudo, os custos são previsíveis, limitando-se às mensalidades contratuais, sem despesas adicionais com manutenção ou atualizações.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção oferece maior previsibilidade financeira, favorecendo o planejamento orçamentário de longo prazo.

7.1.5 Necessidade de Atualização Tecnológica

- **Aquisição:** Equipamentos comprados podem tornar-se obsoletos em poucos anos, exigindo novos investimentos para atualização, sob pena de comprometer a competitividade do órgão público.
- **Serviço de Manutenção:** A obsolescência é responsabilidade do prestador de serviço, que pode substituir equipamentos por modelos mais modernos ao final do contrato ou conforme acordado, garantindo acesso contínuo a tecnologias atualizadas.
- **Consideração:** A prestação de serviço de manutenção assegura adequação tecnológica contínua, essencial para a modernização da gestão pública.

7.1.6 Conclusão da Análise Comparativa

A decisão entre aquisição e locação de equipamentos tecnológicos deve ser pautada em análise detalhada das necessidades do órgão público, considerando os princípios da administração pública, uma vez que a aquisição pode ser vantajosa em alguns cenários específicos a qual implica apenas na aquisição do equipamento, assistência técnica limitada e direcionada a falhas técnicas





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

apenas dentro do prazo de garantia e não por mau uso onde torna-se moroso o processo de substituição.

Neste objeto de contratação, a prestação de serviço de manutenção destaca-se por sua flexibilidade, previsibilidade de custos e acesso a tecnologias modernas, tendo serviços compostos pelo ciclo completo de instalação, manutenção no local, atendimento dedicado de alto fluxo, equipamento reserva, atualização tecnológica e licenças de software.

13 – ANÁLISE DE RISCO

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DETECÇÃO	RESPONSABILIDADE	AÇÕES
Atraso na entrega dos equipamentos	Média	Médio	Baixa	Contratada	Estabelecer prazos e monitorar o progresso de forma constante.
Falta de capacidade técnica da empresa	Baixa	Alto	Média	Contratante	Realizar avaliação detalhada das competências junto as documentações e certificações exigidas
Problemas de integração com as Escolas	Baixa	Médio	Baixa	Contratada	Planejar testes pilotos de integração em escolas selecionadas previamente.
Resistência dos professores às novas tecnologias	Média	Médio	Baixa	Contratante	Implementar programas de treinamento e sensibilização ao tema do projeto.
Instabilidades no Wi-Fi	Média	Alto	Média	Contratante	Realizar testes de infraestrutura com planos de contingência para falhas de conexão.
Falhas no Suporte Técnico	Baixa	Médio	Média	Contratada	Monitorar processos de suporte estabelecendo acordos para os serviços (SLA)

- **Probabilidade:** baixa, média e alta;
- **Impacto:** baixo, médio e alto;
- **Deteção:** baixa, média e alta (detectar o risco antes de que ocorra)
- **Ações:** medidas a serem tomadas a fim de reduzir a probabilidade ou os impactos (riscos).





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente e economicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

ASSINATURA

Responsável: Rafael Vinicius Turlão

Registro Funcional: 53469

E-mail: seduc.tecnologia@praiagrande.sp.gov.br

Cargo: Diretor do Departamento de Programas de Inclusão Digital

APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e **AUTORIZO** o prosseguimento do procedimento licitatório.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DO
CONTRATADO)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes os senhores **PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria Municipal de Educação, por atribuição conferida através do inciso XXXI do artigo 48, referente à Lei Complementar n.º 1.011/2025 e suas alterações posteriores, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **28.273/2025-D** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 028/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LOUSAS DIGITAIS INTERATIVAS**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

CATSERV 2739					
Item	Descrição(*):	QUANT.	Valor em Reais		
			Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadigitaltermo.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código BK5QP7WH D2N4XQQH LC6CT3KQ KQS4QPZG
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

1	Manutenção corretiva e preventiva de componentes eletrônicos que compõem os equipamentos de informática da Lousa Digital Interativa.	901			
---	--	-----	--	--	--

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.





2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **XXX (por extenso)**, perfazendo o valor total de R\$ **XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).





6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,

8.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e





5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.19.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

10.11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

10.11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

10.11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;

10.11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:





10.11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO/DETENTOR der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “10.11.1.2 a 10.11.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “10.11.1.5 a 10.11.1.8”, bem como nas alíneas “10.11.1.2. a 10.11.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11.2.4. Multa:

10.11.2.4.1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias;

10.11.2.4.2. O atraso superior a **15 (quinze)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.11.2.4.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

10.11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.11.6.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;

10.11.6.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.11.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11.9. O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data do aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) da data da comunicação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N.º:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/12.365.2001.2459/3.3.90.40.12 09.02.00/12.361.2001.2458/3.3.90.40.12	MUNICIPAL





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino
_____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS

Secretária Municipal de Educação

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 28.273/2025-D.





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

ANEXO III

(Usar papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não é proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____, _____, de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC - Secretaria de Educação

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO** que a conta bancária específica destinada ao recebimento de pagamentos é a indicada abaixo:

Banco: _____

Agencia nº: _____ dígito nº _____

Conta Corrente nº: _____ dígito nº _____

DECLARO, ainda que não haverá faturamentos com CNPJ diferentes da empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº _____, seja ela matriz ou filial. Sendo vencedora a matriz, a documentação relativa ao faturamento será em nome e com CNPJ da Matriz e se for filial, em nome e com CNPJ desta última.

Local-UF, ____ de _____ de 20 ____.

.....

(Nome, CPF e Cargo do Representante Legal da empresa)





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEDUC - Secretaria de Educação

ANEXO V - PLANILHA PROPOSTA (MODELO)

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO COMPLETO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

TELEFONE:

CATSERV 2739					
Item	Descrição:	QUANT.	Valor em Reais		
			Valor Unit.	Valor Mensal	Valor Anual
1	Manutenção corretiva e preventiva de componentes eletrônicos que compõem os equipamentos de informática da Lousa Digital Interativa.	901			

- Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existente neste Edital e a constante no código CATMAT/CATSERV, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- O prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.
- Juntamente com a proposta comercial a empresa deverá apresentar a Declaração de Conta Bancária, conforme modelo constante no Anexo IV.

_____ aos _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



Verificação de assinatura

Código de verificação:

BK5QP7WH D2N4XQQH LC6CT3KQ KQS4QPZG



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, CPF: 199.354.948-02, em: 06/03/2026 17:14:20

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código BK5QP7WH D2N4XQQH LC6CT3KQ KQS4QPZG
Assinado por: PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS.

